



Anais da Assembléia

Nº 06

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 15 DE MARÇO DE 1984

ANO X

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
ATA DA 004 SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 1984.
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados Gernote Kirinus e Djalma de Almeida César.

À Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfredino, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulín, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quiêlse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes e Antônio Belinati. (58)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

Mensagem nº 41/84 Curitiba, 30 de janeiro de 1984.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios adiante mencionados, objetivando a execução de obras para recuperação de estradas:

Município	data da celebração
Medianeira	09/12/83
Nossa Senhora das Graças	08/12/83

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

—Ao Departamento Legislativo

Mensagem nº 42/84 Curitiba, 25 de janeiro de 1984.
Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os

fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, com a participação da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná — FAMEPAR e aos Municípios adiante mencionados, objetivando aplicação de recursos financeiros do “Programa de Transportes Alternativos para Economia de Combustível” e “Programa de Investimentos em Transportes Urbanos”:

Município	n.º e data do convênio
Abatiã	40/83 - 03/11/83
Agudos do Sul	42/83 - 07/11/83
Alto Paraná	43/83 - 03/11/83
Amaporã	46/83 - 09/11/83
Andará	48/83 - 07/11/83
Arapoti	51/83 - 07/11/83
Atalaia	53/83 - 07/11/83
Barracão	55/83 - 09/11/83
Cafeara	62/83 - 14/11/83
Cambira	64/83 - 09/11/83
Campina da Lagoa	65/83 - 09/11/83
Campo do Tenente	66/83 - 03/11/83
Capitão Leônidas Marques	68/83 - 03/11/83
Carlópolis	69/83 - 07/11/83
Catanduvas	70/83 - 07/11/83
Cerro Azul	72/83 - 03/11/83
Cidade Gaúcha	73/83 - 09/11/83
Clevelândia	74/83 - 09/11/83
Congonhinhas	75/83 - 07/11/83
Conselheiro Mairink	76/83 - 03/11/83
Cruzeiro do Sul	77/83 - 09/11/83
Cruz Machado	78/83 - 07/11/83
Curiúva	79/83 - 03/11/83
Doutor Camargo	81/83 - 07/11/83
Eneas Marques	82/83 - 03/11/83
Faxinal	84/83 - 07/11/83
Fênix	85/83 - 07/11/83
Floraí	86/83 - 09/11/83
Florestópolis	88/83 - 09/11/83
Flórida	89/83 - 09/11/83
Francisco Alves	90/83 - 03/11/83
General Carneiro	91/83 - 09/11/83
Grandes Rios	93/83 - 09/11/83
Guapirama	94/83 - 03/11/83
Guaporema	95/83 - 09/11/83
Iguaraçu	101/83 - 03/11/83
Imbituva	102/83 - 07/11/83
Inajá	104/83 - 09/11/83
Ipiranga	106/83 - 07/11/83
Iretama	107/83 - 03/11/83
Itaguapé	108/83 - 14/11/83
Itambaracá	109/83 - 07/11/83
Itambé	110/83 - 09/11/83
Itapejara do Oeste	111/83 - 09/11/83
Itaúna do Sul	112/83 - 07/11/83
Ivatuba	114/83 - 09/11/83
Jaboti	115/83 - 07/11/83
Jaguapitã	116/83 - 09/11/83
Jaguariaíva	117/83 - 09/11/83
Janiópolis	118/83 - 09/11/83
Japurá	120/83 - 03/11/83
Jardim Olinda	122/83 - 14/11/83
Joaquim Távora	124/83 - 03/11/83

Leópolis	128/83 - 09/11/83	Terra Rica	239/83 - 03/11/83
Lobato	129/83 - 09/11/83	Tibagi	241/83 - 09/11/83
Lupionópolis	130/83 - 09/11/83	Tuneiras do Oeste	244/83 - 03/11/83
Mamborê	132/83 - 07/11/83	Wenceslau Braz	247/83 - 07/11/83
Mandaguaçu	133/83 - 07/11/83	Verê	248/83 - 07/11/83
Marilena	139/83 - 09/11/83	Vitorino	249/83 - 14/11/83
Mariluz	140/83 - 03/11/83	Xambrê	250/83 - 03/11/83
Mariópolis	141/83 - 07/11/83	Pranchita	251/83 - 03/11/83
Marmeleiro	142/83 - 03/11/83	Turvo	252/83 - 14/11/83
Marumbi	143/83 - 14/11/83	Canta Galo	253/83 - 09/11/83
Matelândia	144/83 - 03/11/83	Santa Terezinha do Itaipu	255/83 - 09/11/83
Matinhos	145/83 - 03/11/83	Figueira	257/83 - 03/11/83
Mirador	146/83 - 03/11/83	Missal	258/83 - 03/11/83
Mirassolva	147/83 - 09/11/83	Boa Vista da Aparecida	259/83 - 03/11/83
Moreira Sales	148/83 - 03/11/83	Juranda	260/83 - 07/11/83
Munhoz de Mello	150/83 - 03/11/83	São Jorge do Patrocínio	262/83 - 03/11/83
Nossa Senhora das Graças	151/83 - 09/11/83	Jesuítas	263/83 - 03/11/83
Nova Cantu	155/83 - 09/11/83	Três Barras do Paraná	264/83 - 09/11/83
Nova Santa Rosa	159/83 - 14/11/83	Cafelândia	265/83 - 14/11/83
Ortigueira	160/83 - 09/11/83	Nova Prata do Iguaçu	266/83 - 07/11/83
Ourizona	161/83 - 09/11/83	Lunardeli	269/83 - 09/11/83
Paçandu	162/83 - 03/11/83	Umuarama	271/83 - 03/11/83
Palmital	163/83 - 09/11/83	Toledo	272/83 - 07/11/83
Paraíso do Norte	164/83 - 03/11/83	Telêmaco Borba	273/83 - 09/11/83
Paranapoema	166/83 - 09/11/83	Pato Branco	275/83 - 07/11/83
Paulo Frontin	168/83 - 14/11/83	Paranaguá	277/83 - 09/11/83
Pérola	170/83 - 09/11/83	Medianeira	279/83 - 07/11/83
Pinhalão	173/83 - 09/11/83	Maringá	280/83 - 09/11/83
Pinhão	174/83 - 09/11/83	Marechal Cândido Rondon	281/83 - 14/11/83
Piraí do Sul	175/83 - 07/11/83	Irati	283/83 - 03/11/83
Planaltina do Paraná	176/83 - 07/11/83	Guarapuava	284/83 - 07/11/83
Porto Rico	180/83 - 03/11/83	Francisco Beltrão	285/83 - 03/11/83
Presidente Castelo Branco	182/83 - 07/11/83	Foz do Iguaçu	286/83 - 09/11/83
Primeiro de Maio	183/83 - 03/11/83	Cornélio Procopio	287/83 - 09/11/83
Quatiguá	184/83 - 03/11/83	Campo Mourão	291/83 - 09/11/83
Quedas do Iguaçu	185/83 - 09/11/83	Assis Chateaubriand	292/83 - 09/11/83
Quinta do Sol	187/83 - 09/11/83	Arapongas	293/83 - 03/11/83
Rancho Alegre	189/83 - 07/11/83	Ubiratã	296/83 - 07/11/83
Rebouças	190/83 - 03/11/83	Santo Antonio da Platina	299/83 - 03/11/83
Renascença	191/83 - 14/11/83	Rolândia	301/83 - 07/11/83
Ribeirão Claro	193/83 - 03/11/83	Rio Negro	302/83 - 03/11/83
Ribeirão do Pinhal	194/83 - 03/11/83	Prudentópolis	304/83 - 09/11/83
Rio Azul	195/83 - 07/11/83	Palmeira	306/83 - 03/11/83
Rio Bom	196/83 - 03/11/83	Nova Esperança	308/83 - 09/11/83
Roncador	197/83 - 09/11/83	Marialva	309/83 - 14/11/83
Rondon	198/83 - 09/11/83	Laranjeiras do Sul	311/83 - 03/11/83
Salto do Itararé	201/83 - 07/11/83	Jandaia do Sul	313/83 - 07/11/83
Salto do Lontra	202/83 - 09/11/83	Ibiporã	317/83 - 14/11/83
Santa Amélia	203/83 - 03/11/83	Formosa do Oeste	319/83 - 03/11/83
Santa Cruz do Monte Castelo	205/83 - 09/11/83	Guaíra	320/83 - 07/11/83
Santa Izabel do Oeste	209/83 - 07/11/83	Goio-Erê	321/83 - 03/11/83
São João	218/83 - 09/11/83	Dois Vizinhos	322/83 - 07/11/83
São João do Ivaí	220/83 - 14/11/83	Corbélia	325/83 - 07/11/83
São João do Triunfo	221/83 - 07/11/83	Colorado	326/83 - 03/11/83
São Jorge do Ivaí	222/83 - 09/11/83	Chopinzinho	327/83 - 09/11/83
São Jorge do Oeste	223/83 - 14/11/83	Capanema	329/83 - 07/11/83
São José da Boa Vista	224/83 - 03/11/83	Cambé	330/83 - 09/11/83
São Pedro do Ivaí	225/83 - 07/11/83	Cambará	331/83 - 03/11/83
São Pedro do Paraná	226/83 - 14/11/83	Bandeirantes	332/83 - 09/11/83
São Tomé	228/83 - 09/11/83	Astorga	333/83 - 07/11/83
Sapopema	229/83 - 09/11/83	Assaí	334/83 - 14/11/83
Sengés	230/83 - 03/11/83	Altônia	335/83 - 09/11/83
Sertanópolis	232/83 - 09/11/83	O interesse público na aprovação da medida ora submetida	
Siqueira Campos	233/83 - 07/11/83	à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto	
Tamboara	234/83 - 03/11/83	dos tratados.	
Tapira	236/83 - 03/11/83	Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa	
Teixeira Soares	237/83 - 07/11/83	Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação,	
Terra Boa	238/83 - 03/11/83	reitere a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço	

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo

MENSAGEM N.º 43/84

Curitiba, 30 de janeiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 04 de outubro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e o Município de Toledo, objetivando a realização da "Festa Nacional do Porco no Rolete" e ativar o fomento agrícola da Região, ensejando amplo relacionamento entre os pecuaristas para melhoria da produção e da produtividade.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ.

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo

MENSAGEM N.º 44/84

Curitiba, 30 de janeiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 24 de novembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e o Ministério do Interior, através da Secretaria Especial do Meio Ambiente — SEMA, abjetivando a proteção da biota nativa nas áreas destinadas à sua preservação e conservação.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ.

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo

MENSAGEM N.º 45/84

Curitiba, 30 de janeiro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do 1.º Termo celebrado em 25 de outubro de 1983, entre o Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Kaloré, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras — "PROSAFRAS", no exercício de 1983.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ.

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei Complementar n.º 216/83, de sua autoria que dá nova redação ao Inciso 140, da Lei n.º 6174, de 16/11/70, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1984.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 130/82, que concede o Título de Cidadão Honorário ao Frei Miguel Maria Botacin, de autoria do Ex-Deputado José Domingos Teixeira.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1984.

(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Requeiro, na forma regimental, o adiamento da discussão e votação por 03 (três) sessões, do Projeto de Lei n.º 229/83, constante da Ordem do Dia da sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1984.

(a) NESTOR BAPTISTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente à Universidade Católica do Paraná pela passagem do 25.º aniversário, da mesma. Pede ainda que seja enviado cópia à Diretoria daquela Universidade, sita à Av. Imaculada Conceição 1155 — Prado Velho — Curitiba.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1984.

(a) EDGARD PIMENTEL.

JUSTIFICATIVA:

Nos seus 25 anos de existência, a Universidade Católica do Paraná tem se destacado como um órgão eficaz e em permanente luta em benefício da educação paranaense.

É inegável a imensa contribuição dada pela Universidade Católica ao Paraná e ao Brasil.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo. Sr. Secretário dos Transportes, solicitando que nos concursos públicos do DER sejam reservadas 20% das vagas dos estagiários do mesmo órgão.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista que a medida proposta está em plena vigência na Secretaria das Finanças e que os estagiários junto ao DER são todos universitários e que logo terão necessidade de ingressar no mercado de trabalho, encontrando as dificuldades que todos conhecem, solicitamos que o mesmo benefício, hoje dado aos CELETISTAS e ADIDOS da Secretaria das Finanças, seja estendido aos estagiários da Secretaria de Transportes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado infra-assinado, no uso de atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Senhora Secretária de Estado da Educação, solicitando a criação e manutenção de escola estadual de 1.º

Grau (5.^a a 8.^a séries), na sede distrital de São Roque, no Município de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1984.

(a) Werner Wanderer.

JUSTIFICATIVA:

Existe na localidade — Distrito de São Jorge — um prédio escolar construído pela FUNDEPAR em terreno a ela doado pelo município.

No entanto, vem funcionando apenas o ensino da 1.^a a 4.^a séries, sob manutenção do município.

Faz-se, portanto, necessário e imperioso a implantação do ensino da 5.^a a 8.^a séries no mesmo estabelecimento.

É de ser levado em alta consideração que a distância que separa aquela vila da sede municipal é superior a 25 Km.

Além do mais, a escola (antigo curso ginásial) viria abranger uma vasta área, formada de pessoas carentes, no Município de Marechal Cândido Rondon, parte de Toledo e até de Santa Helena.

A educação, como uma das metas prioritárias do Governo, deve, obrigatoriamente, voltar-se primeiro para os lugares mais carentes desprovidos de maiores recursos, procurando manter o homem fixado em seu lugar, em especial, no meio rural em que vive.

O número de jovens desse distrito que frequenta hoje uma escola da 5.^a a 8.^a séries é ínfimo, estando na sua grande maioria, aguardando uma oportunidade no local para prosseguir nos estudos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, vem, mui respeitosamente, REQUERER, depois de ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, solicitando que esta Casa seja informada quais os exatos montantes de salários, vantagens, gratificações etc, percebidas individualmente pelos Diretores de todas Autarquias, Fundações e Sociedades de Economia Mista de nosso Estado, como os eventuais pagamentos que lhes sejam feitos, a qualquer título, por outros órgãos públicos.

A presente solicitação é feita com o objetivo de se poder esclarecer a uma grande parcela de nossa sociedade, que deseja saber como está sendo gerida a coisa pública e que destino se dá a uma boa parte do numerário que é arrecadado da coletividade sob a forma dos mais variados tributos.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1984.

(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, junto à FUNDEPAR — Fundação Educacional do Paraná, encarecendo a construção de uma sala para abrigar uma secretaria geral na Escola Arnaldo Coneglian, localizada no Distrito de Bourbonia, pertencente ao Município de Barbosa Ferraz.

De iniciativa do Excelentíssimo Senhor Diretor daquele estabelecimento educacional, Luizinho Jagelski, este afirma a real necessidade de se ter uma secretaria, uma vez que deverá permitir uma maior organização burocrática referentes ao seu funcionamento.

Neste sentido, é fundamental que medidas se dirijam para solucionar os problemas ora relatados.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário o envio de expediente ao Poder Executivo para que, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, sejam prestadas as seguintes informações:

1.^a - Quantas pessoas morreram, no período compreendido entre 1.^o de janeiro de 1982 e 9 de março de 1984, em dependências das repartições que funcionam no Município de Francisco Beltrão?

2.^a - Em que circunstâncias ocorreram essas mortes?

3.^a - Quais os inquéritos que foram abertos para elucidar essas mortes e quais as suas conclusões?

Sala das Sessões, em 15 de março de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

A opinião pública paranaense foi abalada na quarta-feira de Cinzas com a morte do jovem Adão Nelson de Oliveira, ocorrida nas dependências da 19.^a SDP, em Francisco Beltrão, para onde fora levado após ser detido por policiais daquele município. A população local, ante explicações não convincentes das autoridades policiais da cidade, promoveu manifestação pública, exigindo o esclarecimento do fato, o que alcançou repercussão em todo o País com a divulgação das informações evasivas do Delegado de Francisco Beltrão, que não identificou o responsável por um fato ocorrido num cubículo da Delegacia de Polícia.

Depoimentos prestados por moradores de Francisco Beltrão e divulgados pela Televisão Paranaense, Canal 12, de Curitiba, revelaram que outras mortes já ocorreram em circunstâncias até hoje não explicadas, nas repartições policiais de Francisco Beltrão. Tais fatos, que atentam contra a segurança da sociedade, evidenciam que a administração pública, na área da Secretaria de Segurança, estaria sendo negligenciada, o que exige uma ação fiscalizatória deste Poder, a partir das respostas às informações requeridas pelo presente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente à Excelentíssima Sr.^a Secretária de Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitando providências com vistas a prorrogação da vigência do Decreto 5241 de 09/07/82.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1984.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

Imensos têm sido os apelos de professores do Estado com tempo de serviço prestado oscilando entre 20 e 30 anos, muitos até com mais, no sentido de que lhes seja assegurado o direito à elevação ou avanço vertical na carreira.

O Decreto n.^o 5241, de 09/07/82, que concedeu tal benefício, expirou em outubro passado. Em abril próximo completa-se seis meses, ou seja, justamente o prazo em que, se estivesse vigorando o citado ato normativo, novas elevações ocorreriam.

Diante do fato de que muitos dos professores estão justamente aguardando decisão oficial a respeito para solicitar aposentadoria, nada mais justo que a SEE urgencie os estudos com vistas a definir a situação.

Coerente com a orientação justa e correta porque se tem pautado a gestão da SEE, temos a convicção que este será mais uma contribuição para a consolidação da

verdadeira democracia na política educacional do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Diretor Presidente da COPEL - Companhia de Eletrificação, através do Excelentíssimo Senhor Secretário, de Estado do Interior, no sentido de que sejam autorizados os estudos, visando avaliar a possibilidade de se proceder à construção da sede própria para a referida companhia, no Município de Campo Mourão.

Indiscutivelmente, que no Estado do Paraná está repercutindo, notadamente no meio rural, o programa de eletrificação para este setor, onde a sua metodologia será barateada em razão de uma tecnologia mais simples, porém eficiente. Existem outros programas com os mesmos propósitos, ou seja: a melhoria das condições de vida da população paranaense.

Neste sentido, é imprescindível dotar Campo Mourão dentro dessa conjuntura, possível com a construção da uma sede própria para a COPEL, e que sem dúvida alguma viria proporcionar um atendimento mais abrangente, além de eliminar custos hoje aplicados em aluguel.

Pelas razões expostas, espera-se por parte dessa Secretaria de Estado do Interior, junto com a COPEL, avaliem a possibilidade de concretizar tal obra, atendendo iniciativa do engenheiro civil, doutor Namir Alcides Piacentini, residente em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a realização de reformas gerais no Miniposto de Saúde, localizado no Distrito de Malu, pertencente à municipalidade de Terra Boa.

De iniciativa do Excelentíssimo Senhor Elso Garcia Segura, este afirma, conforme correspondência enviada, a necessidade de se proceder tais melhorias como:

- a) Muro cercando a área.
- b) Colocação de novos vidros.
- c) Pintura interna e externa.
- d) Troca de telhas danificadas.
- e) Construção de calçadas.

Com o atendimento dos itens acima citados, podem, se atendidos por parte dessa Pasta, proporcionar, sem dúvida alguma, um atendimento mais condizente com os propósitos da saúde pública.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, no sentido de que seja avaliada a disponibilidade de se autorizar a construção de dois Postos de Saúde, sendo um para o Distrito de Palmital

e outro para o Distrito de Paranaguáçu, ambos pertencentes à municipalidade de Boa Esperança.

Atualmente, pode-se dizer que é insuficiente o atendimento das populações nos moldes a que são encontradas. Há muito tempo que a saúde no município é incompatível com a sua realidade sócio-econômica.

Neste sentido, o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Celso Buscariol, vem enfrentando diversos problemas a resolver, sendo medidas de caráter meramente paliativas.

Em razão do exposto, espera-se o pronto atendimento ao que ora é reivindicado, o que por certo, virá a oferecer um atendimento mais condizente à população.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial à Secretaria de Estado da Educação, através da Excelentíssima Senhora Secretária, encarecendo a liberação de recursos financeiros para a construção de novas salas de aula para a Escola Monteiro Lobato, localizada no Município de Terra Boa.

De iniciativa do Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal de Terra Boa, Elso Garcia Segura, este afirma a necessidade urgente de se efetuar a construção de novas salas de aula, uma vez que as existentes são antigas demais, não havendo inclusive, condições de recuperá-las, segundo levantamentos desenvolvidos.

Com isto, os estudantes, professores e os pais, têm reiterado à administração municipal medidas urgentes que se dirijam para a solução dos referidos problemas.

Em razão da exposição de motivos, espera-se por parte dessa Secretaria de Estado da Educação, a concretização ao que ora é reivindicado.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de ofício ao Ilmo. Sr. José Brandt Silva, MD. Diretor-Presidente do BANESTADO, solicitando a instalação de um posto avançado de Crédito Rural, no Distrito de Palmitópolis, Município de Nova Aurora, através da Secretaria das Finanças.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1984.

(a) MÁRIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Com o atendimento à presente reivindicação estará sanada uma grande deficiência hoje encontrada. haja vista a dificuldade de locomoção dos proprietários rurais até o município mais próximo, portador desse benefício, para tratar de assuntos relacionados com suas lavouras.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Excelentíssima Sra. Professora Gilda Polí Rocha Loures, DD. Secretária de Estado de Educação, solicitando sejam desenvolvidos estudos visando a criação e implantação de uma Escola

Técnica Agrícola no Município de Capitão Leônidas Marques.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1984.

(a) MÁRIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Capitão Leônidas Marques, mesmo situado em uma região essencialmente agrícola, não dispõe de nenhuma escola de 2º grau, ligada a essa área, a exemplo dos municípios limítrofes.

Investindo-se na formação técnica do homem do campo, aprimora-se o produto, consolidando-se a produção agrícola como o grande sustentáculo da economia estadual.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ter ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Luiz Felipe Haj Mussi, mui digno Secretário de Estado da Segurança Pública, reiterando firmação de convênio entre o DETRAN e a FECIVEL - Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel, para a feitura dos necessários exames de vistas e psicotécnicos, aos pretendentes à Carteira de Habilitação, residentes em Cascavel e região.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1984.

(a) MÁRIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Tais serviços seriam prestados por profissionais da especialidade oftalmológica para os motoristas de Cascavel e da sua região de influência, sob responsabilidade da FECIVEL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Saúde e Bem-Estar Social, solicitando seus bons ofícios no sentido de ser instalado Postos de Saúde nos Distritos de Alto Palmital e Paranaguacu no Município de Boa Esperança.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Os Distritos acima têm importância fundamental no desenvolvimento de nosso Estado e no entanto não têm a mínima infra-estrutura principalmente no que diz respeito à Saúde Pública, daí a necessidade premente e urgente de alí se instalarem Postos de Saúde para solver os problemas do povo daqueles distritos os quais na sua maioria são bóias-trias.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário do Interior e ao Presidente da SANEPAR, solicitando a instalação de escritório da referida empresa na cidade de Ourizona.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Os serviços de instalação ou reparos ou serviço de água de Ourizona são efetuados através do escritório de Maringá, o que causa sérios problemas a este município, sendo então justa a reivindicação não só pela melhoria

de atendimento ao municípios mas também pela agilidade na execução desses serviços prioritários ao bem-estar de toda a comunidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado e Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança, solicitando-lhes que instituem a regulamentação funcional REMUNERADA da categoria dos Delegados não inclusos na Carreira Oficial de Categoria, mas que representam modelo eficiente de atendimento à maioria das pequenas comunidades municipais paranaenses, e que se não levam nas mãos o diploma de bacharel, trazem no peito o desvelo e altruísmo pela segurança das comunidades em que inseridos estão. Historicamente, os "Calças-Curtas" sempre foram a maioria, a nível de atendimento à população do Paraná, mesmo porque nem sempre os bacharéis em Direito e profissionais de carreira se dispuseram a assumir o desafio da cidade pequena, em que o desconforto em tantos setores exige espírito de renúncia. Ontem e hoje, maioria do Paraná, os Delegados "Calças-Curtas" devem merecer remuneração pelo serviço até hoje gratuito prestam à maioria dos municípios das pequenas comunas do Paraná, em nome até mesmo do imperativo selado nas Escrituras:

"O OPERÁRIO É DIGNO DE SEU SALÁRIO".

Sala das Sessões, em 15 de março de 1984.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais da Casa o artigo intitulado "Richa e o terrorismo fiscal", publicado no jornal "O Estado do Paraná", em sua edição do dia 24 de fevereiro do corrente.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1984.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 13/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - A lista de nomes indicada pelo Conselho Universitário ou Colegiado equivalente para escolha dos Reitores e Vice-Reitores das Universidades Estaduais e dos Diretores das Faculdades Estaduais isoladas, será formulada após consulta à comunidade universitária.

Art. 2º - Considera-se comunidade universitária a totalidade dos membros do corpo docente, do corpo discente e do quadro de funcionários em pleno exercício de suas funções.

Art. 3º - A manifestação da comunidade universitária sobre os nomes que comporão as listas a serem analisadas pelo Governador deverá se dar sob a forma de voto direto e secreto dos seus integrantes.

Art. 4º - Os votos do corpo docente, discente e de funcionários serão ponderados numericamente por coeficientes calculados em função do número de componentes de cada grupo na comunidade universitária de modo que as votações totais ponderadas de cada uma das três categorias de votantes sejam equivalentes.

Art. 5º - Dentro de 90 (noventa) dias a contar da aprovação desta lei, os Estatutos e Regimentos das Instituições

Universitárias deverão sofrer as modificações pertinentes.

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1984.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

APOIAMENTO: Nelson Vasconcellos, Sabino Campos,
Nilson Sguarezi e Adhail Sprenger Passos.

JUSTIFICATIVA:

Este não é um projeto de lei ideal. É, isto sim, um projeto de lei viável. Atentos ao pensamento do Professor Dalmo Dallari a respeito da democratização da vida universitária, exposto durante o I Fórum de Debates da FUEL - Fundação Universidade Estadual de Londrina - promovido no início de 1983, preocupamo-nos em não incorrer no equívoco do ideal inútil. Estão ainda no noticiário da imprensa as consequências da tentativa de se cumprir na UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro - a lei proposta pelo Deputado Luis Alfredo Salomão, (PDT/RJ), que dispõe sobre as eleições diretas para Reitor e Vice-Reitor nas instituições universitárias do Estado do Rio de Janeiro. Sua inconstitucionalidade foi argüida pelo MEC e o processo democrático está interrompido. Não abrimos mão da luta pelas mais amplas liberdades, fora e dentro da Universidade, mas temos a concepção de que as conquistas parciais avançam no seu rumo.

A comunidade universitária, como todos os demais segmentos sociais, clama pelos direitos que lhes foram retirados nos últimos anos. E ao clamor por esse direito apresentam práticas políticas que merecem não só o destaque de nossa atenção como o nosso aval, enquanto representantes eleitos pelo povo.

E o nosso aval, neste caso específico, se dará em parte pela formalização de um instrumento que reconheça legalmente a legitimidade do direito das comunidades universitárias paranaenses em escolher democraticamente seus dirigentes, conforme aliás já foi realizado pela Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Maringá em 1982.

O processo mereceu o respeito de todas as Universidades do País, das Fundações, das comunidades e dos políticos e, sem ferir a legislação superior vigente (que queremos ver um dia modificada), permitiu a demonstração e o encaminhamento político das preferências de professores, alunos e funcionários na escolha dos atuais dirigentes da UEM - Universidade Estadual de Maringá. O processo foi simples e suas etapas podem ser identificadas e reproduzidas nas demais instituições universitárias mantidas pelo Governo do Paraná, objetivo principal deste projeto de lei.

Aproximando-se a data de mudança da Reitoria da UEM - Universidade Estadual de Maringá, os professores reuniram-se para discutir e identificar possíveis lideranças democráticas aptas à condução política e à gerência administrativa da Universidade:

1. 1 Dessa discussão, veio como proposta aprovada em Assembléia que a identificação das lideranças acadêmicas deveria também vir após ampla consulta à comunidade universitária:

1. 2 A Associação Docente, junto com a Associação de Funcionários e Diretórios Acadêmicos lança no Campus a solicitação de identificação de nomes possíveis ou prováveis, que seriam bem vistos na administração futura da Universidade;

1. 3 Esta chamada à comunidade se objetivou numa primeira eleição - com urnas, listas de presença e contagem de votos - oficializada na sede da Associação dos Professores, após grande divulgação no Campus Universitário dessa proposta ou objetivo (ou seja, apenas a identificação de possíveis líderes):

Identificados por eleição direta os onze (11) nomes preferidos da comunidade acadêmica, a Associação Docente

dá o segundo grande passo:

2.1 Convida todos os referenciados pela comunidade e solicita de cada candidato a apresentação pública de sua proposta ou plano de futura gestão administrativa;

2.2 Após o convite e a aceitação dos candidatos para participarem dessa Comunicação (de seus projetos ou planos de trabalho) e para participarem dos debates que se desencadeariam em cima dessas propostas de trabalho, a Associação Docente, junto com o Diretório Estudantil e com a Associação de Funcionários, estabelece hora, local, gravação do encontro e convida a todos os interessados na instituição para participarem dessa Mesa-Redonda;

2.3 Convite Especial é formulado pela Associação Docente a todos os professores do Conselho Universitário para que participem do debate;

2.4 No dia aprazado todos os candidatos expõem seus planos e dentro desses planos são questionados;

Após exposição e o debate dos candidatos é realizada nova eleição - e desta vez definitiva - para escolha dos 6 (seis) elementos de preferência dos professores, alunos e funcionários que integrariam a lista sextupla (que poderia ou não ser encaminhada pelo Conselho Universitário ao Governador):

3.1 A eleição se processa com a seriedade que o processo exige, e, dos 11 (onze) candidatos a comunidade escolhe 6 (seis) que poderiam melhor representar o seu pensamento ou melhor encaminhar os destinos da Instituição sob a ótica de todo o corpo docente, discente e de funcionários;

3.2 A lista com os seis (06) nomes identificados após escrutínio público é encaminhada ao Conselho Universitário da UEM - Universidade Estadual de Maringá;

3.3 O Conselho Universitário, em data aprazada, ratifica a lista dos professores apenas invertendo as posições dos dois primeiros colocados;

3.4 A lista ratificada pelo Conselho Universitário é encaminhada ao Governador que escolhe o primeiro e o terceiro colocados nesta lista oficial.

O processo não terminou nesta indicação. Como consequência do movimento organizado que a todos contagiou, o novo Reitor indica o 1º escalão, no cargo do Pré-Reitor de Ensino, Pesquisa e Extensão, o segundo nome da lista encaminhada pelo Conselho e que vinha a ser o primeiro da lista, em termos de preferência, da comunidade.

E, à frente de todo esse processo extremamente rico em formulações teóricas e práticas, impossíveis de serem retratadas na letra fria de um projeto de lei, esteve a Professora Nadir Cancian. Nascida em Cambé, filha de lavradores, formou-se em História na Faculdade Estadual de Londrina. Especialista em Educação, fez mestrado em História Econômica na UFPR - Universidade Federal do Paraná - e doutorado em Ciências Humanas na USP - Universidade de São Paulo - foi Secretária da Associação dos Professores Licenciados do Paraná e Presidente da Associação de Docentes da Universidade Estadual de Maringá.

Falecida prematuramente em 29 de dezembro de 1982, a Profª Nadir Cancian continua presente na luta que seus companheiros professores da Universidade de Maringá permanecem travando em torno da criação da Universidade Brasileira verdadeiramente democrática. Sua contribuição numa etapa desta luta foi decisiva e ao dedicarmos este projeto de lei à sua memória não temos outro intento que não o de resgatar um pouco do seu esforço e dedicação em prol da construção de uma sociedade mais justa e humana.

Preferia mil vezes não estar nominando postumamente este projeto de lei. Preferiria poder continuar convivendo com a Profª Nadir e com ela continuar repartindo as tristezas e as

alegrias das derrotas e das vitórias. Que esta nossa referência à Profª Nadir seja também nosso agradecimento à comunidade universitária paranaense - UPE, Diretórios Acadêmicos, Associações de Docentes, representação regional da ANDES - Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - que conosco discutiram as diversas fases de elaboração deste projeto de lei. Na verdade é ela, a comunidade universitária paranaense, da qual estou circunstancialmente afastado (mas não descomprometido), a verdadeira autora do mesmo. Sua concretização em lei e, mais do que isso, sua prática efetiva nas instituições universitárias do Paraná simbolizará um passo a mais na democratização do ensino, meta do Governo Richa e de todos nós.

ANEXO TÉCNICO

A — Dedução do Coeficiente de Ponderação

Sejam "D", "E" e "F" os contingentes numéricos de docentes, estudantes e funcionários na comunidade universitária. Se se adotam os pesos numéricos a, b, e c no cômputo das votações dadas por essas três categorias a cada candidato as votações totais ponderadas de cada categoria serão:

$$\begin{aligned} D' &= aD \\ E' &= bE \\ F' &= cF \end{aligned} \quad (a) \quad \text{e como os pesos são mutuamente exclusivos,} \\ a + b + c = 1$$

Comparando os contingentes reais de estudante E e de funcionários F, com o docente D, a estrutura da comunidade universitária tem uma composição numérica que fica definida pelo dois números relativos:

$$\begin{aligned} (b) \quad m &= \frac{E}{D} \\ n &= \frac{F}{D} \end{aligned}$$

Na hipótese de se colocar como objetivo de equidade que as três categorias pesem igualmente na escolha resultante da eleição, os pesos numéricos a, b, e c respectivos devem ser tais que as votações ponderadas totais das três categorias sejam equivalentes. (art. 4ª do projeto de lei).

$$(c) \quad D' = E' = F'$$

Em face das relações (a) e (b) estabelecidas acima, tem-se então:

$$\begin{aligned} (d) \quad aD &= bE \\ aD &= cF \\ a + b + c &= 1 \end{aligned}$$

relação das quais se deduz sucessivamente:

$$\begin{aligned} (e) \quad \frac{a}{b} &= \frac{E}{D} = m \\ \frac{a}{c} &= \frac{F}{D} = n \end{aligned}$$

$$b = \frac{a}{m}$$

(f)

$$c = \frac{a}{n}$$

e como $a + b + c = 1$ vem,

$$a + \frac{a}{m} + \frac{a}{n} = 1$$

ou

$$a \left(1 + \frac{1}{m} + \frac{1}{n} \right) = 1$$

donde se deduzem as fórmulas

$$a = \frac{1}{1 + \frac{1}{m} + \frac{1}{n}} \quad \text{e em virtude das relações}$$

$$\frac{1}{m} + \frac{1}{n} \quad (f)$$

$$b = \frac{1}{1 + m + \frac{1}{n}}$$

$$c = \frac{1}{1 + n + \frac{1}{m}}$$

Relações que definem os pesos a, b, e c em função dos números m e n que definem a estrutura numérica da comunidade universitária segundo as categorias de docentes, estudantes e funcionários.

B - Votação Equitativa

1) O problema básico é obter equidade no poder decisório numa eleição em que os votantes são classificados em categorias com diferentes contingentes eleitorais.

2) A solução natural para evitar a possibilidade de que a categoria mais numerosa eleja sistematicamente seus candidatos, é estabelecer uma ponderação numérica dos votos de cada categoria.

3) Os coeficientes para esta ponderação devem ser calculados como funções decrescentes do número relativo de cada categoria para que haja tendência ao equilíbrio no poder de decisão dos diferentes contingentes eleitorais das três categorias.

4) no caso em que o objetivo, diferentemente do que se postula no projeto, fosse atribuir um caráter de divisão em classes, os pesos numéricos obtidos por equivalência das votações globais poderiam ser, por sua vez, multiplicadas por novos coeficientes de correção, variáveis para cada categoria, estabelecendo uma escala de poder de decisão entre as classes de votantes.

5) Por exemplo: se o cálculo por equivalência houvesse chegado aos valores: $a = 0,7$, $b = 0,2$ e $c = 0,1$ que equilibram o poder de decisão potencial das três categorias e se quisesse, ao contrário firmar o princípio de uma repartição desigual desse poder por exemplo,

dando 50% dele à classe "A", 30% à "B" e 20% à "C", os novos pesos numéricos se calculariam do seguinte modo:

$$a' = 0,7 \times 0,5 = 0,35$$
$$b' = 0,2 \times 0,3 = 0,06$$
$$c' = 0,1 \times 0,2 = 0,02$$

$$a' + b' + c' = 0,43$$

e os coeficientes corrigidos seriam:

$$a_1 = \frac{0,35}{0,43} = 0,813$$

$$b_1 = \frac{0,06}{0,43} = 0,140$$

$$c_1 = \frac{0,02}{0,43} = 0,047$$

$$a_1 + b_1 + c_1 = 1,00$$

6) O resultado da eleição e as votações ponderadas de cada candidato X_1 , X_2 e X_3 ficam claramente expostos montando as matrizes seguintes:

	X_1	X_2	X_3
D	D_1	D_2	D_3
E	E_1	E_2	E_3
F	F_1	F_2	F_3
N	N_1	N_2	N_3

Votação Real

	X_1	X_2	X_3
D'	D_1'	D_2'	D_3'
E'	E_1'	E_2'	E_3'
F'	F_1'	F_2'	F_3'
N'	N_1'	N_2'	N_3'

Votação Ponderada

Sendo:
 $D' = aD$
 $E' = bE$ vem
 $F' = cF$

a, b e c são calculados pelas fórmulas adotadas e se elege o candidato

(Xi) cuja soma (N_i') seja a maior de todas.
Obs. Este trabalho foi elaborado pelo Professor Antônio Baltar da UFPE - Universidade Federal de Pernambuco.

PROJETO DE LEI Nº 14/84
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Artº 1º - Fica declarado de utilidade pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo Mourão.
Artº 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.
Sala das Sessões, em 15 de março de 1984.
(a) AMÉLIA HRUSCHKA

PROJETO DE LEI Nº 15/84
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Artº 1.º - Fica declarada de utilidade pública a "COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA BOM - PASTOR", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa, à Avenida Dr. Francisco Burzio, 680, Estado do Paraná.
Artº 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Sessões, em 15 de março de 1984.
(a) ODENI MONGRUEL

JUSTIFICATIVA:
A Comunidade Evangélica Luterana Bom Pastor, também denominada "Comunidade", com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa, Paraná, à Avenida Dr. Francisco Burzio, 680, constitui uma Associação Religiosa que tem por fim a divulgação do Evangelho de Jesus Cristo, zelando pela fidelidade da pregação da palavra de Deus e a reta administração dos sacramentos.

Dedicando-se à assistência espiritual e à caridade, objetiva conduzir o homem à conscientização dos princípios espirituais e religiosos, enfim, tudo que possa contribuir para uma formação evangélica, tanto no âmbito familiar como na vida pública.

A Comunidade se enquadra administrativamente com a Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, através da Paróquia Evangélica Luterana dos Campos Gerais, participando, assim, da administração e do trabalho da I.E.C.L.B.

Diante do exposto, e pelo dignificante trabalho que vem desenvolvendo aquela Comunidade, tanto no âmbito social como assistencial, educacional, moral e, principalmente espiritual, visando a melhoria e a qualidade de vida de tantos quanto possam, espontaneamente por ela serem alcançados, é que formulamos a presente proposição.

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) Está finda a leitura do expediente.

No pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tércio Albuquerque, inscrito.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE: - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaríamos, hoje, de poder analisar um ano de administração do Sr. Governador José Richa. Entretanto, fomos avisados que o nobre e ilustre Líder da Bancada pedessista fará um pronunciamento neste sentido, no horário da Liderança do nosso Partido. Por isso, gostaria, mudando de assunto, de fazer um registro no dia de hoje, do trabalho que vem sendo realizado pelo Sindicato dos Hoteleiros de Foz do Iguaçu.
O ano passado, por diversas vezes estivemos nesta Tribuna, trazendo reivindicações da classe hoteleira de Foz do Iguaçu, que com a situação econômica nacional,

vem sofrendo dia a dia um esvaziamento nos seus estabelecimentos hoteleiros, nós precisamos através dos Governos, quer Estadual, quer Federal darmos um amparo melhor a esta classe que, sem dúvida alguma vem trazendo sustentáculo à economia de nosso País e Foz do Iguaçu, uma cidade eminentemente turística que tem a sua base econômica fundamentada na hotelaria, nas agências de viagens e nos demais estabelecimentos similares que compreendem o conglomerado turístico de Foz do Iguaçu. Tivemos, a semana passada, Sr. Presidente e Srs. Deputados, acompanhando comitiva formada pelo Sr. Presidente da PARANATUR por um dos Diretores da COPEL e diversos hoteleiros de Foz do Iguaçu, uma audiência com o Ministro Cesar Cals, onde estamos reivindicando que seja classificado à categoria de indústria os hotéis brasileiros, especialmente os hotéis de nosso Estado. Não é possível que os hotéis suportem a carga do que vem pagando ao sistema de energia elétrica, quando a hotelaria é considerada a indústria não poluente, a indústria sem chaminé dos nossos dias.

Fizemos este apelo ao Ministro, e ele comprometeu-se em conversar com o Ministro da Indústria e Comércio, Camilo Perna, pois compete a sua área, a classificação das indústrias brasileiras.

Mas não é só isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os hoteleiros iguaçuenses reivindicam em segundo plano a questão da cobrança do regime da demanda. Os hotéis iguaçuenses, como todos sabemos, são superlotados em épocas de férias, em épocas gordas para hotelaria. O restante do ano ficam os hotéis de Foz do Iguaçu vazios, quase que completamente, hotéis de até quatrocentos leitos ficam, fora da época turística, da época de férias, com apenas quinze ou vinte leitos da sua capacidade ocupada, e um regime da cobrança sobre a demanda faria com que, nas épocas em que os hotéis estivessem vazios, fosse cobrada uma taxa previamente calculada, e a COPEL, nosso órgão, nossa empresa paranaense não tem competência para isso. A competência é exclusiva e única do Ministro das Minas e Energia. Portanto, o registro que quero fazer, Sr. Presidente, na tarde de hoje, significa muito, se for atendida esta reivindicação para a hotelaria e o turismo paranaense.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao nobre Deputado Márcio Almeida, inscrito.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje, completa-se um ano da posse do Governo José Richa no Estado do Paraná e nós queremos, nesta oportunidade à guisa de comemoração, abordarmos o aspecto da educação e cultura no Estado do Paraná. E, por incrível que pareça, ainda persiste em determinados setores da sociedade paranaense o desconhecimento dos novos tempos e do clima democrático que se respira neste novo Governo.

Tanto é assim, que nós trazemos a denúncia de que por mais uma vez, o grupo de teatro "Proteu", da Universidade de Londrina, sofre ameaças de desativação. O grupo de teatro reconhecido nacionalmente, premiado nos festivais e concursos oficiais, dirigido pela teatróloga Nit Jacón de Araújo Moreira, vem mais uma vez sofrer ameaças e restrições por parte de setores da administração superior da Universidade Estadual de Londrina.

Nós queremos, nesta oportunidade, Sr. Presidente e Srs. Deputados, registrar essa denúncia e enfatizar o apelo que já fizemos à Ex.^{ma} Sr.^a Secretária da Educação e ao

Ex.^{mo} Governador do Estado que, de pronto, manifestaram o seu apreço e a sua admiração pelo trabalho desenvolvido anos e anos a fio por aquele grupo de teatro, importante culturalmente no Estado, e esperamos que desta Assembléia também se manifestem as inteligências preocupadas com o avanço da vida cultural do Estado.

Outro aspecto do ponto de vista da cultura e da educação que queremos hoje encaminhar e que se dá através de um requerimento de nossa autoria, é a solicitação de providências urgentes por parte da Secretaria de Estado da Educação com vistas à elevação ou avanço vertical dos professores da rede estadual de ensino.

Nós já temos conhecimento de que o assunto vem sendo tratado com atenção pelos setores competentes da Secretaria de Estado da Educação. Mas, diante do fato de que abril se aproximando, e portanto, um mês em que desde a última fase da elevação ou de avanço vertical dos professores que foi justamente em outubro, cujo decreto naquela época em vigor estabelecia que de seis em seis meses haveria a possibilidade de avanço ou elevação e, tendo em vista, os constantes apelos que profissionais da educação no Estado nos têm feito, no sentido de que professores com vinte, vinte e cinco, trinta e até mais anos de serviço, no aguardo de uma última elevação de nível através desse avanço vertical, para inclusive solicitarem sua aposentadoria.

Nós achamos fundamental que a Secretaria da Educação urgencie e ultime as providências com vistas a a que se prorrogue a vigência daquele decreto ou que se providencie um novo ato normativo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Por último, queríamos comunicar à Mesa da Casa e aos nobres Companheiros que, nesta data, estamos dando entrada na Mesa Executiva da Assembléia, de um projeto de lei que tomamos a liberdade de, inclusive, denominar informalmente de "Projeto de Lei Professora Nadir Cancian", que dispõe sobre a escolha diplomática dos dirigentes das instituições universitárias mantidas pelo Paraná.

Recentemente, em Piracicaba, realizou-se mais um Congresso da Associação Nacional de Docentes de Ensino Superior.

Naquela oportunidade, conseguiu-se por fim, chegar à conclusão de um trabalho que, desde maio de 83, nós partilhamos com as representações das Associações de Docentes das Universidades Estaduais existentes no Estado, as representações dos organismos de representação estudantil e de representação dos funcionários das instituições de Ensino Superior.

Nesses meses de trabalho, após a apreciação e, inclusive com assessoria, consultoria de representação da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - Andes, aqui no Estado, chegou-se ao texto deste projeto de lei que, como dissemos, dispõe sobre a escolha diplomática dos dirigentes das instituições universitárias do Estado.

Este não é um projeto de lei ideal, é isto sim, um projeto de lei viável, atentos ao pensamento do professor Dalmo Dalari, a respeito da democratização da vida universitária, expondo durante o I Fórum de Debates da Fundação Universidade Estadual de Londrina, promovido no início de 1983, no qual preocupamo-nos em não incorrer no equívoco do ideal inútil.

Estão ainda no noticiário da imprensa nacional, as conseqüências da tentativa de se cumprir na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, a lei proposta

pelo Sr. Deputado Luiz Alfredo Salomão, do PDT do Rio de Janeiro, que dispõe sobre as eleições diretas para Reitor e Vice-Reitor nas instituições universitárias do Estado do Rio de Janeiro. Sua inconstitucionalidade foi arguida pelo MEC e o processo democrático foi interrompido. Não abrimos mão, isso quem diz são os integrantes das comunidades universitárias do Paraná, a qual temos a honra de integrar; não abrimos mão da luta pelas mais amplas liberdades, fora e dentro da Universidade, mas temos a concepção de que as conquistas parciais avançam no seu rumo.

A comunidade universitária, como todos os demais segmentos sociais, clama pelos direitos que lhes foram retirados nos últimos anos. E ao clamor por esse direito, apresentam práticas políticas que merecem não só o destaque da nossa atenção, como o nosso aval, enquanto representantes eleitos pelo povo.

E o nosso aval, neste caso específico, se dará em parte pela formalização de um instrumento que reconheça legalmente a legitimidade do direito das comunidades universitárias paranaenses em escolher democraticamente seus dirigentes, conforme aliás, já foi realizado pela Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Maringá em 1982.

O processo, ocorrido na UEM, mereceu o respeito de todas as Universidades do País, das Fundações, das comunidades e dos políticos, e sem ferir a legislação superior vigente, a qual queremos ver um dia modificada, permitiu a demonstração e o encaminhamento político das preferências de professores, alunos e funcionários na escolha dos atuais dirigentes da UEM — Universidade Estadual de Maringá. O processo foi simples e suas etapas podem ser identificadas e reproduzidas nas demais instituições universitárias mantidas pelo Governo do Paraná, objetivo principal deste projeto de lei.

Aproximando-se a data de mudança da Reitoria da UEM, os professores se reuniram para discutir e identificar possíveis lideranças democráticas aptas à condução política e à gerência administrativa da Universidade:

1.1 Dessa discussão, veio como proposta aprovada em Assembléia que a identificação das lideranças acadêmicas deveriam também vir após ampla consulta à comunidade universitária;

1.2 A Associação Docente, junto com a Associação de Funcionários e Diretórios Acadêmicos lança na época, 82, no Campus, a solicitação de identificação de nomes possíveis ou prováveis, que seriam bem vistos na administração futura da Universidade;

1.3 Esta chamada à comunidade se objetivou numa primeira eleição — com urnas, listas de presença e contagem de votos — oficializada na sede da Associação dos Professores após grande divulgação no Campus Universitário dessa proposta ou objetivo (ou seja, apenas a identificação de possíveis líderes);

Identificados por eleição direta, os onze (11) nomes preferidos da comunidade acadêmica, a Associação Docente dá o segundo grande passo:

2.1 Convida todos os referenciados pela comunidade e solicita, de cada candidato a apresentação pública de sua proposta ou plano de futura gestão administrativa;

2.2 Após o convite e a aceitação dos candidatos para participarem dessa comunicação (de seus projetos ou planos de trabalho) e para participarem dos debates que se desencadeariam em cima dessas propostas de trabalho, a Associação Docente, junto com o Diretório Estudantil e com a Associação de Funcionários, estabelece hora, local, gravação do encontro e convida a todos os interessados

na instituição para participarem dessa mesa redonda;

2.3 Convite especial é formulado pela Associação Docente a todos os professores do Conselho Universitário para que participem do debate;

2.4 No dia aprazado todos os candidatos expõem seus planos e dentro desses planos são questionados;

Após a exposição e o debate dos candidatos, é realizada nova eleição — e desta vez definitiva — para escolha dos seis (06) elementos de preferência dos professores, alunos e funcionários que integrariam a lista sêxtupla (que poderia ou não ser encaminhada pelo Conselho Universitário ao Governador):

3.1 A eleição se processa com a seriedade que o processo exige, e dos onze candidatos, a comunidade escolhe seis que podiam melhor representar o seu pensamento ou melhor encaminhar os destinos da Instituição sob a ótica de todo o corpo docente, discente e de funcionários;

3.2 A lista com seis nomes identificados após escrutínio público é encaminhada ao Conselho Universitário da UEM — Universidade Estadual de Maringá;

3.3 O Conselho Universitário, em data aprazada, ratifica a lista dos professores apenas invertendo as posições dos dois primeiros colocados. O que já foi uma liberalidade do Conselho Universitário, considerada pelos professores, alunos e funcionários da Universidade.

3.4 A lista ratificada pelo Conselho Universitário é encaminhada ao Governador do Estado que escolhe o primeiro e o terceiro colocados nesta lista oficial. Ao Governador da época, José Hosken de Novaes.

O processo, portanto, que estamos historiando e para o qual serve esta história ocorrida na UEM, fazemos questão de aqui relatar, porque foi justamente através da experiência concreta realizada na UEM que as demais instituições universitárias, representações docentes e discentes, se basearam para elaborar o projeto de lei que ora apresentamos à Mesa Executiva.

Este contou não só com a discussão das instituições universitárias aqui do Paraná, mas de outros Estados do País.

Este processo não terminou nesta indicação. Como consequência do movimento organizado que a todos contagiou, o novo Reitor indica o primeiro escalão, no cargo do Pró-Reitor de Ensino, Pesquisa e Extensão, o segundo nome da lista encaminhada pelo Conselho e que vinha a ser o primeiro da lista, em termos de preferência da comunidade.

E, à frente de todo este processo extremamente rico em formulações teóricas e práticas, impossíveis de serem retratadas na letra fria de um projeto de lei, esteve a Professora Nadir Cancian.

Nascida em Cambé, filha de lavradores, formou-se em História na Faculdade Estadual de Londrina. Especialista em Educação, fez Mestrado em História Econômica na UFPR — Universidade Federal do Paraná e doutorado em Ciências Humanas na USP — Universidade de São Paulo. Foi Secretária da Associação dos Professores Licenciados do Paraná e Presidente da Associação de Docentes da Universidade Estadual de Maringá.

Falecida prematuramente em 29 de dezembro de 1982, a Professora Nadir Cancian continua presente na luta que seus companheiros professores da Universidade de Maringá permanecem travando em torno da criação da Universidade Brasileira verdadeiramente democrática. Sua contribuição numa etapa desta luta, foi decisiva e ao dedicarmos este projeto de lei à sua memória, não temos outro intento que não o de resgatar um pouco do

seu esforço e dedicação em prol da construção de uma sociedade mais justa e humana.

Preferia mil vezes não estar nominando postumamente este projeto de lei. Preferiria poder continuar convivendo com a Professora Nadir e com ela continuar repartindo as tristezas e as alegrias das derrotas e das vitórias.

Que esta nossa referência à Professora Nadir seja também nosso agradecimento à comunidade universitária paranaense — UPE, Diretórios Acadêmicos, Associações de Docentes, representação regional da Andes - Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, que conosco discutiram as diversas fases de elaboração deste projeto de lei.

Na verdade é ela, a comunidade universitária paranaense, da qual estou circunstancialmente afastado, mas não descomprometido, a verdadeira autora do mesmo.

Sua concretização em lei, e mais do que isso, sua prática efetiva nas instituições universitárias do Paraná simbolizará um passo a mais na democratização do ensino, meta do Governo Richa e de todos nós.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, acompanha o projeto de lei e sua justificativa o anexo técnico que produzido pelo Professor Antônio Baltar da Universidade Federal de Pernambuco apresenta um modelo matemático de cálculo da votação ponderada que a comunidade universitária, através de sua participação pelo voto direto e secreto, constituirá as listas sêxtuplas para escolha dos próximos reitores e diretores de faculdades estaduais isoladas do Estado.

Eu tenho convicção que, embora como dissemos no início da justificativa, não seja o projeto de lei ideal, como é o projeto de lei de autoria do Deputado Rubens Bueno, que com muita similitude também do Deputado Fiori Luiz, há meses e anos, se não me engano o de autoria do Deputado Fiori Luiz, tramita ou melhor dizendo, está engavetado nas Comissões desta Casa, por contingência de uma Legislação Federal arbitrária e autoritária que ainda veda a eleição direta para Reitor e para outros cargos da direção da administração universitária, a exemplo do projeto de lei de autoria do Deputado Roberto Freire, que na Câmara Federal também está impedido de seguir adiante pela Oposição que a Maioria situacionista ainda faz a aprovação deste projeto de lei lá na Câmara Federal que é fundamental para que venha a sofrer a aprovação e a introduzir a modificação na Lei n.º 5540, e que daí então se traga como decorrência as alterações nas legislações estaduais.

Nós temos a certeza que, embora não seja o projeto de lei ideal, é através de avanços parciais como este da participação democrática de professores, alunos e funcionários, pelo menos na constituição das listas sêxtuplas que estaremos contribuindo no processo imediato e concreto que está existindo da eleição direta para Presidente da República.

O Sr. Adhail Sprenger Passos — Vossa Excelência me permite um aparte, nobre Deputado?

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Com toda satisfação, o aparte ao Deputado Adhail Sprenger Passos, fundador também da vida universitária do Paraná.

O Sr. Adhail Sprenger Passos — Deputado Márcio Almeida, o pronunciamento que Vossa Excelência faz neste momento sobre o projeto de lei que menciona, vem constituir para esta Casa e para o Paraná, um momento de alta significação.

O projeto de lei que Vossa Excelência apresenta ao

exame desta Assembléia, que vem de encontro a uma das aspirações mais sentidas da comunidade universitária, não só das Universidades instituídas pelo Estado, como inclusive das Universidades Federais, de cujo corpo docente eu faço parte. É uma luta antiga que, infelizmente à nível federal, não estamos tendo os avanços que deveríamos alcançar, por motivos que todos nós conhecemos.

Mas agora, no Paraná, onde se instala um governo que quer a Democracia, não apenas para a sociedade como um todo, mas quer a democracia também para segmentos dessa sociedade; e um desses segmentos em que nós precisávamos a democratização, é justamente a vida universitária.

E o projeto que Vossa Excelência apresenta, cujo texto ainda não conheço, mas cuja origem Vossa Excelência acaba de historiar, já me dá a convicção de que ele preenche quase que plenamente todas aquelas aspirações, não só da sociedade brasileira, como um todo, mas dos professores universitários, dos estudantes universitários e dos funcionários da nossa Universidade.

Nós vamos estudar o projeto de Vossa Excelência e vamos, efetivamente, inclusive dar todo o nosso empenho para que ele tramite o mais rapidamente possível nesta Casa, para que possamos dar o exemplo ao Brasil, do que seja verdadeiramente a democratização do ensino superior, que é o anseio dos mais altos, da comunidade universitária.

Eu quero parabenizar Vossa Excelência e toda a equipe que lhe assessorou e quero também afirmar que como participante da Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná, como participante do Movimento Universitário Universidade Necessária, que empolgou esse poder no magistério, em nossa Universidade Federal. Como participante da Andes, eu quero trazer a Vossa Excelência a minha gratidão pelo trabalho que Vossa Excelência faz e o exemplo que Vossa Excelência permite que o Paraná dê, a todo o Brasil, inclusive ao Governo Federal, para que tenhamos de uma vez por todas este grande anseio da classe universitária, atendido.

Parabéns a Vossa Excelência, pelo belo pronunciamento.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — É com muita honra que eu recebo estas palavras do nobre Deputado Adhail Sprenger Passos, e faço questão de que se registre que o Deputado Adhail tem sido uma das referências com que o Movimento Universitário do Interior do Estado, das Universidades de Maringá e de Londrina, especificamente com as quais nós mais convivemos, têm como referência: na sua luta diária, pela melhoria da qualidade do ensino na Universidade e pela democratização na vida universitária.

Sabedores da participação e de integração que o Deputado tem, na Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior, eu tenho certeza que com o estudo que na própria Comissão de Educação, presidida por Vossa Excelência haverá de contribuir e de aperfeiçoar inclusive as possíveis falhas que este projeto ainda contém e que temos a franqueza de admitir.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O motivo da nossa participação ao expediente desta tarde, se prende, portanto, a registrar que a educação e a cultura do Paraná, após um ano de Governo Richa, permitiu, tem permitido, com que avanços parciais, às vezes limitados mais do que desejaríamos, venham acontecendo. E temos a certeza de que o segundo ano

de Governo, que hoje se inaugura, terá como um dos seus resultados positivos, a sanção do presente projeto de lei, pelo Excelentíssimo Sr. Governador do Estado. Era só.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fiori Luiz) Encerrado o Grande Expediente, consulto a Liderança do PMDB se deseja fazer uso do seu horário.

No Horário da Liderança, o Sr. Deputado Caíto Quintana.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO — Por quinze minutos, e posteriormente o Deputado Mário Pereira para o restante do tempo.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. (Lê):

Venho à tribuna, Sr. Presidente, para externar o nosso júbilo pelo transcurso em data de hoje, do primeiro ano de governo democrático do PMDB no Paraná.

O governador José Richa chegou ao Poder, legitimado pelo voto popular, abrindo um ciclo novo na história política e administrativa do nosso Estado.

“Mas, como em toda façanha sempre um perde, outro ganha”.

É inegável que a vitória do PMDB nas urnas de 1982, representou um voto de confiança do povo paranaense no ideário político que apresentamos em todos os palanques eleitorais, o desejo manifesto do eleitorado, de mudar os rumos da política paranaense.

O que representou uma clara opção dos paranaenses, de afastar da vida pública e aposentar definitivamente os delegados do autoritarismo que durante vinte anos mandaram e desmandaram nesse Estado, governando de costas voltadas para o povo.

Foi também um ato de rejeição da comunidade paranaense aos políticos do PDS, que só sabiam dizer “amém” a todas as decisões antipopulares e antidemocráticas dos governantes.

Pois bem, Srs. Deputados.

Hoje, temos a honra de proclamar desta tribuna, para conhecimento de todo povo paranaense e para que conste dos Anais desta Casa, que a popularidade do governo José Richa é hoje ainda maior que a alcançada pelo candidato José Richa, no auge daquela memorável campanha eleitoral, e em relação aos primeiros dias de governo.

É quem faz estas afirmações, Sr. Presidente, são os grandes jornais brasileiros, notadamente “O Estado de São Paulo” e a “Folha de São Paulo”.

O “O Estado de São Paulo” diz, em sua edição de hoje, que o Governador José Richa está agora com 21 pontos positivos a mais do que no primeiro dia do seu governo, superando Esperidião Amim, com 18, e Íris Rezende, de Goiás, com 16 pontos positivos.

Todos os demais governadores eleitos em novembro de 1982, estão com menor popularidade do que a alcançada no auge da campanha e nos primeiros dias de governo: Roberto Magalhães, de Pernambuco, está com menos 10 pontos; Tancredo Neves, de Minas Gerais, com menos 12; Luiz Gonzaga Motta, do Ceará, com menos 16; Jair Soares, do Rio Grande do Sul, com menos 17; João Durval, da Bahia, com menos 38; Franco Montoro, de São Paulo, com menos 44 e Leonel Brizola, do Rio de Janeiro, com menos 48 pontos.

E a “Folha de São Paulo” de ontem informou aos

seus eleitores espalhados por todo o País, com base na pesquisa que realizou em quatro Estados de maior representação econômica, demográfica e política, que o governador José Richa é o único que aumentou sua popularidade em relação às pesquisas feitas aos dois e aos seis meses de governo.

Os números da “Folha de São Paulo” demonstram, Sr. Presidente, que a resposta “está melhor do que esperava” no caso do governo paranaense, partiu de um patamar de 22,9 por cento em maio de 1983, caindo para 19,2 em setembro e subindo para 34,5 por cento em março deste ano.

Enquanto isso, Montoro despencou de 17 para seis por cento; Brizola de 45 caiu para 27 por cento e Tancredo Neves, de 20 para 14 por cento.

É claro que como paranaenses e correligionários de Sua Excelência o Sr. Governador José Richa, nos sentimos orgulhosos, Sr. Presidente, com a posição destacada alcançada pelo Estado nestas pesquisas, um caso único em nossa história.

Mais do que orgulhosos, Srs. Deputados, os números apontados por aqueles dois grandes e insuspeitos jornais brasileiros, nos animam a prosseguir no mesmo caminho que sempre trilhamos ao longo de nossa vida pública, com a certeza que assim estaremos indo de encontro aos anseios do povo paranaense e dignificando a confiança que dele recebemos.

Por exemplo, Srs. Deputados: decorrido o primeiro ano, podemos dizer que ficou marcado, de forma indelével, o estilo de governo do PMDB: democrático na sua essência e na sua filosofia, assegurando ampla participação da comunidade nas decisões que lhe dizem respeito, buscando sempre a melhoria da qualidade de vida da população paranaense.

Vamos exemplificar, Sr. Presidente, com fatos concretos e irrefutáveis, para que não nos acusem de demagogia.

DEMOCRATIZAÇÃO DO PODER:

— discussão ampla, do plano de governo, em todas as microrregiões do Estado, dentro da estrutura do nosso Partido e com representantes de todos os segmentos organizados da sociedade paranaense;

— criação do Conselho de Desenvolvimento Industrial, dando aos empresários paranaenses, co-responsabilidade em uma extensa gama de decisões relacionadas com a dinamização e ampliação do nosso parque industrial;

— participação da comunidade em diversos conselhos e comissões existentes, ou criadas nesta administração, com o objetivo de arejar e democratizar as decisões que lhe dizem respeito;

— devolução da sede da União Paranaense dos Estudantes, que havia sido confiscada pelo autoritarismo, que tudo fez para intimidar e silenciar a juventude;

— eleição de diretores dos estabelecimentos oficiais de ensino através de listas tríplices, motivando o debate em relação aos problemas administrativos da escola, à melhoria da qualidade do ensino. Esta eleição, Srs. Deputados, teve repercussão nacional, tendo sido batizada pela imprensa como uma lição de democracia;

PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA:

— criação do PRAM — Programa de Ação Municipal, estabelecendo prioridades levantadas e indicadas pelas próprias comunidades, sem nenhuma ingerência ou imposição do governo estadual; aplicando a fundo perdido 152 milhões de cruzeiros;

— tratamento igualitário, sem discriminações políticas ou administrativas, a todos os prefeitos do

Paraná, independente de suas respectivas filiações partidárias. Trata-se de um caso único na história do Paraná, pois na gestão Ney Braga, discriminavam os Prefeitos que não rezavam pela cartilha do Palácio Iguaçu;

— criação do programa "Click urbano", que visa levar os benefícios da eletricidade a todos os bairros periféricos, em condições especialíssimas, como o parcelamento das despesas de instalação em 12 meses sem juros ou em três anos com juros equivalentes a 80 por cento do INPC; nesse programa, Sr. Presidente, quem ganha dois salários mínimos e não pode pagar o relógio, pode requerer à Copel, que faz a instalação cobrando apenas uma taxa mínima;

MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA:

— Ainda na área da Copel, que nos governos anteriores eram uma empresa exclusivamente monetarista, preocupada com os números e não com os problemas sociais, o governo José Richa está implantando um arrojado plano de eletrificação rural, reduzindo drasticamente os custos e beneficiando as populações carentes e os pequenos agricultores de mais de cem municípios;

— concessão do 13.^o salário e dos reajustes semestrais com piso de dois salários mínimos, para o funcionalismo público estadual.

Não queremos cansar os Srs. Deputados, mas apenas dar alguns exemplos concretos, que também caracterizam a austeridade do governo José Richa, ao contrário do que se verificou principalmente em 1982, quando os apaniguados políticos eram privilegiados, enquanto a grande massa de servidores do Estado era injustiçada.

Vejam, por exemplo, as dívidas deixadas pelo governo anterior junto à Previdência Social, que estão sendo quitadas agora pela administração Richa. Até o momento, o Palácio Iguaçu já pagou mais de um bilhão e 300 milhões de cruzeiros ao INPS, quitando dívidas deixadas pelo governo do PDS. Trata-se de um valor quase equivalente à metade dos recursos distribuídos às Prefeituras através da Secretaria das Finanças, por determinação do governador, a fundo perdido, durante o ano passado.

São dívidas do PDS que o Estado do Paraná está pagando a outro governo do PDS, o federal. São recursos gerados pela administração do PMDB, pura e simplesmente recolhidos à administração do PDS, para pagamento das dívidas que nos foram legadas. E o governo democrático do Estado deverá ainda recolher, ao longo de mais doze meses, cerca de dois bilhões de cruzeiros para quitar, de forma definitiva, esta lamentável falta de zelo administrativo daqueles que nos antecederam no Palácio Iguaçu.

Ao contrário do passado, como já enfatizamos, quando o servidor estadual ficava relegado a um plano inferior, como uma simples engrenagem da máquina estatal, durante o primeiro ano da administração Richa, cerca de 90 mil funcionários foram beneficiados pela Secretaria da Administração, através da implantação da semestralidade e do 13.^o salário.

Mas o governo também se preocupou em defender o consumidor, que hoje enfrenta um custo de vida movido à inflação de 230 por cento ao ano, graças à incompetência do Governo Federal. Para tanto, foi criada a CODEC — Coordenação de Proteção e Orientação ao Consumidor. Este órgão, apesar de recente, acaba de ser considerado como modelo no Simpósio de Defesa do Consumidor, que está sendo realizado em Brasília, pela Câmara Federal.

Todos estes dados, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que representam o trabalho do Governo José Richa, em apenas um ano de mandato, acabam de ser julgados pelo povo do Paraná, através das pesquisas publicadas pelos principais órgãos de imprensa do País. Mais do que este nosso pronunciamento ou de tudo o que se faça em termos de propaganda para mostrar o trabalho do governo, os números das pesquisas valem mais. Representam eles o retrato fiel do resultado de um trabalho que apenas começou a ser realizado no Palácio Iguaçu e que tende a se ampliar, ao longo destes próximos três anos.

É o governo eleito pelo voto popular, que corresponde aos anseios do povo. É a prova definitiva de que o povo sabe votar e que a ele também compete escolher o próximo Presidente da República.

Só assim, o País poderá sair do caos em que está mergulhado nos dias de hoje.

Parabéns, Governador José Richa. Parabéns, Paraná, por estar mostrando ao Brasil, como se faz um governo democrático".

O Sr. Tércio Albuquerque — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Meu caro Deputado, Vossa Excelência relata e relata bem, uma pesquisa feita nos dez maiores Estados do Brasil. E deu nessa pesquisa o Governador José Richa, do Paraná, como o governador mais popular entre os dez pesquisados.

Isto é muito bom para o Paraná. Isto vem realmente comprovar a generosidade do povo paranaense, a oportunidade que o povo do Paraná está dando ao Governador Richa, incentivando, mostrando-lhe através das pesquisas, para que ele realmente governe; para que ele realmente modifique o seu quadro de assessoramento, que tem trazido muitos prejuízos à administração do Paraná.

Este incentivo que o povo dá, significa que o Paraná é formado por todas as gentes brasileiras que aqui transformaram este Estado numa civilização diferente; uma civilização que apoia, que incentiva, mas que num futuro cobra, e Vossa Excelência sabe disso.

Nós queremos com esse incentivo, que o Governador abra seus olhos e realmente governe o nosso Estado, que tem feito muitas perseguições, muito terror fiscal e muito festival de "showmícios" em nosso Estado.

Mas Vossa Excelência tem meus parabéns, pois analisa muito bem a pesquisa do jornal.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Eu agradeço o aparte.

Só acrescentaria que na pesquisa feita, Deputado Tércio Albuquerque, constavam perguntas fixas, se o eleitor está achando que é melhor do que o esperado, como o esperado ou, pior do que o esperado.

O Sr. Tércio Albuquerque — Eu só acho interessante, que nunca vi este tipo de pesquisa. Quem sabe eu não sou paranaense, nunca me pesquisaram e nunca vi um amigo meu chegar para mim e dizer que foi ouvido nestas pesquisas.

Não estou desconfiando desta pesquisa, mas gostaria que Vossa Excelência me mostrasse uma cópia deste formulário que foi feito ao povo do Paraná. Porque, eu não conheço, e Vossa Excelência conhece e deve ter guardado consigo uma cópia.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Não, eu não conheço, mas acredito na pesquisa, porque o Instituto Gallup

tem mostrado em todas as oportunidades a tendência do eleitorado brasileiro, tem a credibilidade brasileira. A "Folha de São Paulo", o "Estado de São Paulo" também o têm, e, só para complementar, eu diria que em nenhuma das perguntas feitas aos entrevistados constava o item de que se tivesse dando uma credibilidade ao governo, se tivesse dando um incentivo ao governo.

As perguntas foram categóricas e respondidas de forma categórica.

O Sr. Roberto Requião — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Caíto Quintana, fica aqui a sugestão para que, a partir de uma relação de amigos fornecida pelo Deputado Tércio Albuquerque, o PMDB oficie ao Gallup que, da próxima vez, seus amigos sejam ouvidos. Fica registrado.

O Sr. Tércio Albuquerque — Depois nós vamos responder o atrevimento do Deputado Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) No horário destinado à Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Pereira, por treze minutos.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "São públicas e notórias as imensas dificuldades que vêm encontrando as Cooperativas de Eletrificação Rural para subsistirem como empresa, no que diz respeito à situação econômico-financeira, e como organização de base, no que tange ao pleno desenvolvimento das atividades para cuja execução foram criados.

Essas dificuldades, que não são poucas nem pequenas, são o resultado de uma série de problemas apresentados ao longo dos anos, provocados na sua grande maioria, pelos desacertos da política energética patrocinada pelo Governo Federal, e que vieram colocar as Cooperativas de Eletrificação Rural numa situação indesejável de pré-falência. Pairava no ar se alguma medida não fosse urgentemente tomada, uma séria ameaça de auto-extinção das 14 cooperativas que ainda operam no Paraná.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. A situação estava a exigir uma pronta e decidida ação das autoridades estaduais. Afinal, as cooperativas são pioneiras no trabalho de eletrificação rural no Paraná. São mais de 15 mil famílias que, quando ninguém se interessava em fornecer eletricidade ao homem do campo, se uniram, constituíram sua organização de base e formaram suas cooperativas para custear elas mesmas, integralmente, a extensão de redes rurais.

Note-se que para atingir essa finalidade, as comunidades rurais mereceram da Copel, então presidida pelo Sr. Parigot de Souza, irrestrito apoio e incentivo pelo menos no papel. Lamentavelmente, no entanto, esse indispensável apoio não se configurou na prática. Quando mais as Cooperativas necessitavam da orientação da Copel, das administrações passadas, mais portas fechadas encontravam seus dirigentes, que não tinham acesso aos principais gabinetes da empresa, que dirá contato pessoal com seu Presidente.

Se ressentiam as cooperativas do diálogo aberto e construtivo, do trabalho conjunto e harmonioso, da união de forças em prol de um trabalho que atenderia milhares de consumidores.

Nada disso, por incrível que pareça, aconteceu. Pelo contrário. Encastelados em seus gabinetes refrigerados, dirigentes da Copel devotavam olímpica diferença aos apelos dos cooperativistas, homens de rostos vincados pelo duro trabalho na terra que nos

dá a todos, indistintamente, de comer.

E o que é pior, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Por força de legislação federal, a Copel, como concessionária paranaense dos serviços energéticos, está obrigada a vender energia elétrica às Cooperativas de Eletrificação Rural como se estas fossem um simples consumidor comum.

Em outras palavras, pelo consumo da eletricidade, as Cooperativas pagam exatamente o mesmo valor pago pelo consumidor. Daí advém um outro e sério problema: para continuarem construindo as redes de distribuição rural, operando-as e mantendo-as corretiva e preventivamente, de acordo com reconhecida qualidade técnica, as Cooperativas de Eletrificação Rural eram obrigadas a usarem o artifício de uma sobretaxa cobrada do cooperado na tarifa de energia, para fazer frente aos altos custos operacionais. Em consequência, o cooperado paga a energia elétrica mais cara que o consumidor comum.

Convenhamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que daí afloram naturais incompreensões por parte do cooperado, inconformado pelo fato de ter que pagar mais, ele que já se encontra tão combatido diante da suicida política econômica implantada para a agricultura. Além disso, os custos das tarifas com sobretaxa agiam como fatores de desestímulo poderoso à constituição de novas cooperativas ou mesmo expansão do número de associados.

Já órfãos de "pai" com a total indiferença da Copel e o desestímulo dos custos, as Cooperativas de Eletrificação Rural ainda tinham que arcar diariamente com as atribuições causadas pela "mãe doente de mal incurável": a política dissonante entre os Ministérios do Governo Central e centralizador, que ficam se estocando em desajeitadas práticas de esgrima através de seus órgãos secundários.

Como já se disse neste pronunciamento, a política energética é disciplinada por legislação federal, obrigando-se as concessionárias estaduais a lerem pela cartilha outorgada pelo Ministério das Minas e Energia via Departamento Nacional de Água e Energia Elétrica DNAEE.

Por outro lado, as Cooperativas de Eletrificação Rural estão, por sua vez, de certa forma vinculadas ao Ministério da Agricultura, já que recebem repasses de verba por intermédio do Grupo Executivo de Energia Elétrica Rural e são fiscalizadas pelo Incra.

Ora, esse amontoado de siglas envolvendo dois Ministérios acaba por produzir efeitos desastrosos em qualquer prática de serviço, principalmente público. São mais que conhecidas as constantes e malfadadas ciúmeiras que alimentam as relações entre órgãos federais, cada um procurando mostrar mais serviço à Nação, e para tanto não hesitam em comprometer um plano global desenvolvimentista. Serviço que, decorridos longos e penosos vinte anos, só mostraram incompetência, incapacidade e despreparo para a função pública, trazendo insegurança econômico-financeira e intranquilidade social.

É fácil concluir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a soma desses fatores todos quase inviabiliza por completo o plano das Cooperativas de Eletrificação Rural. Ainda mais se considerarmos que em governos anteriores à Copel, não se sabe por qual razão, encarava as Cooperativas como concorrentes, atuando de forma a dificultar ao extremo seus trabalhos, como por exemplo, executar a rede de distribuição de linhas por locais de fácil construção, delegando às Cooperativas regiões

inóspitas, de difícil acesso, encarecendo sobremaneira os custos finais. Esquecia-se a COPEL daquela época que as Cooperativas de Eletrificação Rural são movimentos de base organizados, constituídas por agricultores com vontade, boa-vontade e força de vontade para resolverem eles próprios seus problemas de energia elétrica. Esquecia-se a COPEL de então que as Cooperativas Agrícolas há dez anos atrás não passavam de um sonho de um punhado de agricultores, considerados, até mesmo utópicos e hoje se constituem no único instrumento capaz de fazer frente às multinacionais da agricultura. As Cooperativas de produção representam nos dias de hoje o sustentáculo de uma necessária e indispensável política conservacionista do solo levada a efeito pelo Governo Estadual. As Cooperativas de Eletrificação Rural, a exemplo das suas similares agropecuárias, precisam de apoio para se desenvolverem e se solidificarem como entidades representativas de uma classe organizada, com objetivos definidos e que atendem à coletividade rural. Precisam de incentivo para se tornarem, quando fortes e atuantes, num braço de apoio para o Governo Estadual na execução daqueles serviços específicos.

Consciente dessa verdade histórica, o Governo do PMDB, Partido que tem como postulado básico a luta pela organização social, não poderia aceitar, como não aceitou, que a COPEL continuasse assim agindo com um movimento de base que são as Cooperativas de Eletrificação Rural e, dessa forma, dando consequência prática à nossa pregação política, é que a COPEL, abriu os canais de comunicação e passou a dialogar aberta e francamente com as Cooperativas desde o ano passado. Inúmeras reuniões foram realizadas, um sem-número de justas reivindicações apresentadas pelas Cooperativas. Após amplos e democráticos debates, uma a uma dessas solicitações foram sendo atendidas.

Participei desde a primeira hora desse esforço conjunto pela mudança de comportamento da concessionária, alterando a sua postura diante do problema existente. Pedi respeito e consideração às comunidades organizadas, exigência primeira que se faz para o alcance de resultados que interessam a todos. No entanto, não podia a COPEL, por maior boa vontade que apresentasse, como apresentou, por mais que atendesse às reivindicações cooperativistas, como atendeu, resolver de pronto problemas institucionais gerados por legislação federal, instruída com a clara e inofismável intenção de liquidar de vez com as Cooperativas de Eletrificação Rural.

O quadro, finalmente, está se alterando, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Inaugurado, em boa hora, o diálogo com o Governo Democrático do Paraná, pôde a Federação das Cooperativas de Eletrificação Rural do Paraná formular ao Governo José Richa algumas situações legais que poderiam viabilizar a subsistência das Cooperativas. Mais uma vez era convocada a Administração Estadual para resolver, na prática, problemas gerados na esfera federal. Após vários dias de diálogo e debates, em seguidas reuniões nas quais inúmeras fórmulas foram exaustivamente analisadas, chegou-se por fim a uma solução final que assegurará saúde financeira a cada uma das Cooperativas de Eletrificação Rural.

“Conversando a gente se entende”, diz o adágio popular. Dialogando, COPEL e Cooperativas chegaram

a um denominador comum, que interessa a todos. Pela fórmula encontrada, a COPEL irá adquirir as linhas primárias do sistema elétrico das Cooperativas individualmente e contratá-las para dar manutenção e operar seu próprio sistema. Como remuneração, a concessionária pagará às Cooperativas em média 50 % do valor da tarifa cobrada pela própria COPEL. Desta forma, todo agricultor cooperado daqui por diante estará pagando por KW/h consumido exatamente o mesmo valor pago pelos consumidores atendidos diretamente pela concessionária. Doravante, terão as Cooperativas de Eletrificação Rural os recursos necessários e indispensáveis para garantirem sua sobrevivência, além da possibilidade de oferecer ao cooperado a excelência da qualidade já demonstrada na operação e manutenção das linhas da rede de distribuição do sistema.

Tudo muito simples, como se observava. Faltava, antes, vontade por parte do Governo em aceitar o diálogo para o encontro de soluções. Um governo imposto ao povo normalmente contraria a vontade do povo, está provado à exaustão. No entanto, o Governo do PMDB nasceu do povo e pelo povo foi conduzido ao Palácio Iguaçu. Somente o respaldo popular conferiu ao Governador José Richa a consciência de que a satisfação dos interesses globais do Estado não pode ser única e exclusivamente engendrada em gabinetes palacianos, mas sim, no mais das vezes, em contato direto com o povo, através de seus representantes ou de suas organizações de base.

Há que se destacar aqui a efetiva participação do Excelentíssimo Secretário Nelson Friedrich que, também preocupado em proporcionar condições de subsistência às Cooperativas de Eletrificação Rural, se empenhou pessoalmente no encontro das soluções finais. Amparado por sua capacitada equipe técnica, sua Excelência não mediu esforços nem poupou tempo até que o consenso imperasse.

Registre-se igualmente a nova filosofia implantada na COPEL pelo seu Presidente Ary Veloso Queiróz, adotando moderna dinâmica de trabalho, agilizando os serviços e desenvolvendo o setor técnico de sua empresa. Ao abrir as portas para as Cooperativas, o Presidente da COPEL deu o primeiro e decisivo passo para que as dificuldades fossem paulatinamente superadas. E o importante também nessa solução finalmente encontrada se traduz no fato de que a COPEL, ao repassar 50 % da tarifa cobrada aos cooperados acaba por economizar 15 %, pois, caso tivesse a concessionária de absorver as Cooperativas em face da sua propalada auto-extinção, teria um dispêndio forçado na ordem de 58,33% do valor tarifário para operar e dar manutenção ao sistema.

Do episódio saiu fortalecida a Federação das Cooperativas de Eletrificação Rural do Paraná, porque não esmoreceu nunca e demonstrou valentia e garra na luta intransigente pela defesa do cooperativismo energético, assim como também saíram vitoriosas as próprias Cooperativas de Eletrificação Rural, porque revitalizaram a sua saúde financeira e podem, daqui para a frente, proceder a uma completa reestruturação com vistas à melhoria ainda mais da qualidade dos serviços que já vem prestando aos cooperados.

Ganharam também, os agricultores associados das Cooperativas, por eles formadas e mantidas, porque agora ganham novo alento para avançarem

em busca da telefonia rural, micropoços e saneamento básico rural, por exemplo.

E, por fim, Senhor Presidente, Senhores Deputados, ganhou também o Paraná, que fortaleceu de maneira absoluta a organização de sua comunidade rural, demonstrando que acredita no cooperativismo e dá uma prova a mais da importância de eleições diretas para o cumprimento de compromissos assumidos em palanque. Desse episódio todo resulta a necessidade premente, o argumento irretorquível, para a realização das eleições diretas para Presidente da República, já.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Dentro do horário concedido à Liderança do PDS, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tuguio Setogutte, por sete minutos.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

(Lê): "Todos nós somos testemunhas dos fundados protestos que se registram em todas as regiões paranaenses contra o terrorismo fiscal implantado pela Secretaria das Finanças e outras medidas postas em prática pelo procônsul Erasmo Garanhão que, não satisfeito com a sua investida contra o empresariado volta-se agora contra outras áreas da atividade econômico-financeira. O terrorismo implantado Sr. Erasmo Garanhão chega ao ponto de estabelecimentos comerciais e industriais receberem duas ou mais investidas de fiscais por dia, numa espécie de auditoria permanente contra as empresas. E hoje faz um ano que esse regime está imperando, o que bem demonstra o autoritarismo dos peemedebistas.

Faz um ano da traição às promessas dos candidatos do PMDB de promover o desenvolvimento do Paraná, em ação conjunta e participativa, à base da cooperação entre todos os setores.

Mas, não é nada disso o que se presencia hoje, em nosso Estado.

Não satisfeitos com a discriminação contra os prefeitos do PDS, os governantes do regime do PMDB passam, agora, a discriminar até estabelecimentos bancários.

Ampliando seus tentáculos contra o ordenamento da organização financeira, sob alegação de alto custo de controle, processamento e comunicação das informações apuradas sobre o recolhimento diário do ICM, a Secretaria das Finanças está cancelando convênio firmado com vinte e quatro das quarenta e quatro redes bancárias que integram o Sistema de Arrecadação do Estado. As vinte e quatro redes são responsáveis por 10% de impostos recolhidos.

A nova investida do Secretário Erasmo Garanhão foi contra o City Bank, Banco Lar Brasileiro, União de Bancos, Banco Auxiliar de São Paulo, Banco Bozano Simonsen, Banco Safra, Banco de Crédito Real de Minas Gerais, Banco Mercantil de Descontos, Banco América do Sul, Banco Econômico, Banco Boavista, Banco Mercantil do Brasil, Banco Agrimisa, Banco Nacional de Crédito Cooperativo, Banco Maisonave, Banco Nacional do Norte, Banco Valbrás, Banco Cidade de São Paulo, Banco do Progresso, Lloyds Bank, Banco de Crédito Real do Rio Grande do Sul, Banco Francês e Brasileiro, Banco Sudameris, Banco Geral do Comércio e Banco Mercantil do Brasil.

A exclusão desses bancos do Sistema de Arrecadação do Estado trará uma série de transtornos às empresas que já vinham operando com esses

estabelecimentos e realizando os pagamentos do ICM e agora ver-se-ão obrigados a transferir suas operações para os estabelecimentos privilegiados pela decisão do Secretário Erasmo Garanhão.

Ao invés de facilitar as operações, a administração da Secretaria das Finanças, a exemplo do terror fiscal, quer é dificultar, cada vez mais, a vida do em empresariado, já engolfado pelos efeitos da crise recessiva, não apenas os empresários se utilizavam dos serviços desses bancos, mas até o próprio Governo do Estado, inclusive a Secretaria das Finanças, que negociou operações de créditos externos com alguns desses bancos, como o Nacional do Norte, com empréstimo intermediado no valor de um milhão de dólares, e o City Bank, com 15 milhões de dólares.

Se o objetivo é acelerar a arrecadação nos Bancos do imposto pago pelos contribuintes, o Secretário das Finanças deveria reduzir o prazo de permanência, que é de quatro dias, passando para três.

Creio que a melhor providência no atendimento dos interesses dos contribuintes é a manutenção das vinte e quatro redes no Sistema, e espera-se que o Secretário do terror fiscal venha a reconsiderar a sua decisão, optando pela redução do prazo de permanência de quatro para três dias.

O que não se pode admitir é o "modus operandi" do autoritário Sr. Erasmo Garanhão, que decidiu promover a exclusão das vinte e quatro redes bancárias de maneira unilateral, antes do Carnaval e de surpresa. Esses são os métodos da administração do PMDB, métodos da administração participativa, que exclui vinte e quatro para privilegiar vinte, além de transtornar a vida do empresários. E por isso que o Governo do PMDB descambou muito antes do que se esperava.

É hora de dizer basta ao autoritarismo Sr. Erasmo Garanhão para que volte a reinar a tranquilidade entre o empresariado do Paraná."

Muito obrigado.

Concedo aparte ao Deputado Roberto Requião. O Sr. Roberto Requião - Sr. Deputado Tuguio Setogutte as suas informações me trazem uma grande satisfação. Estou vendo que o nosso Secretário das Finanças está imbuído do espírito republicano, do respeito a "república", a coisa pública. Colocando os interesses do Estado acima dos interesses dos banqueiros, que, de resto, são os que mais usufruem da crise brasileira. Estamos pagando hoje, o juro financeiro mais alto deste planeta e é exatamente: a estrutura bancária que se apropria de toda a mais valia retirada do conjunto da Nação.

Quanto ao terrorismo fiscal, Nobre Deputado, não podemos confundir o respeito à coisa pública, o rigor fiscal, a uma política de terror. Precisam os empresários se acostumarem - que um Governo responsável - que tem o respaldo que hoje conhecemos através das notícias da imprensa, que coloca o nosso Governador como o mais popular Governador de Oposição e de Situação neste País, tem o direito respaldado pela confiança pública de exigir que os empresários paguem ao Estado o que devem.

É a recondução do espírito republicano - o que é do Estado tem que ser atribuído ao Estado, porque o nosso Estado é um Estado confiável, que aplica os recursos públicos em cima de um programa que era nosso compromisso de campanha. De um programa que beneficia as maiorias que estavam

marginalizadas até agora do processo econômico e político.

De parabéns o nosso Secretário das Finanças, ao mesmo tempo, que confesso a minha perplexidade a essa incoerência do ilustre Deputado que tem pautado a sua atuação nesta Casa, por uma posição que sempre leva em conta os interesses públicos e se traveste agora, em defensor do capital financeiro que vem espoliando o conjunto da Nação brasileira.

Muito obrigado, pelo aparte Deputado.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE - Só para encerrar, gostaríamos de dizer, enfatizar ao ilustre e eminente Deputado, dos mais brilhantes por sinal, da sua disparidade quando diz que, realmente, é o governo das maiorias. Porque os bancos considerados menores, quando se calcula que 10% apenas é recolhido por esses bancos menores, quando se quer dar a oportunidade num Governo participativo, como é pregado aos quatro cantos do Estado, ele se mantém apenas a maioria dos 90%, e eu acho bastante lamentável, porque firmas menores, empresários menores mantêm relações comerciais, com esses determinados bancos e, nesse momento, nós temos a lamentar, por que realmente muitos transtornos irão trazer principalmente a pequenos empresários que mantêm com esses bancos menores essa taxa de recolhimento do ICM.

Quanto ao problema do terrorismo, apenas particularmente, eu queria dizer aqui e, mais uma vez, discriminando os contribuintes como nós, como nossa pessoa, fomos há menos de um mês, taxados em nossa cidade, com carro nosso particular, a fiscalização do Estado para que nós recolhêssemos o ICM naquela oportunidade, numa garagem que nós ocupávamos como em todos os outros anos nós fizemos.

E, apenas para encerrar, eu queria dizer que teria que ser revista essa posição, porque muitos problemas, como há pouco dizia, irão trazer, e nós achamos que, seja participativo, ela terá que ser aberto tanto como ao grande banco, aos grandes empresários, aos grandes conglomerados, como os pequenos que necessitam e precisam dessa participação no recolhimento do ICM através do seu Governador do Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, por vinte minutos.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. O laudatório discurso do Deputado Luiz Carlos, governista, que pretende, com sua análise, tecer loas a um Governo, que nada faz não encontra ressonância sequer no resultado da pesquisa de opinião pública formulada pela "Folha de São Paulo".

Não é o Governador José Richa o melhor dos Governadores do Estado: do Paraná, é o menos pior, porque a soma dos dados daquelas eleições que se encontram insatisfeitos com o Governo José Richa, 24% mais a soma daqueles que não têm ilusão de que o Governador José Richa faria uma administração melhor do que está fazendo vai para 55%, Senhor Presidente, Senhores Deputados. E apenas 34%, segundo dados do IBOPE, que a

"Folha de São Paulo" publica a aprovação do primeiro quarto de período governamental do Sr. José Richa.

Se considerarmos estes dados e compararmos com os resultados da eleição em Curitiba, onde o PMDB chegou a fazer praticamente 60 e pouco por cento da votação, chegaremos à conclusão de que mais da metade do eleitorado do Sr. José Richa está decepcionado porque o conceito de "nem pior nem melhor" que a "Folha de São Paulo" espelha é o conceito que o Gallup usa para considerar um administrador regular e regular é considerado negativo segundo as indicações dos pesquisadores.

É exatamente por isto, por regular, é que se considerou o Governo do Presidente Figueiredo um Governo impopular.

Ora, se este conceito vale para o Presidente Figueiredo, por quê não vale para o Governador que faz no Paraná o maior arrocho da fiscal da história política, e aqui em Curitiba, o PMDB implanta a correção monetária nesta cidade, quando todos nós estamos preocupados em desindexar a economia para evitar que os aumentos ocorram na casa popular.

O PMDB é o primeiro partido no Poder que implanta, além de medidas ridículas como o atestado de vida, cobrando 40, 50 mil cruzeiros por atestado de vida para empresas particulares, o PMDB aumenta licenças de renovações de pequenos bares pelas redondezas e pelos bairros de Curitiba, de mil cruzeiros para vinte mil e trinta mil cruzeiros, a renovação da taxa. Este partido que defendia a não sobrecarga fiscal e que eleva de 16 para 17 por cento, sendo co-responsável, portanto, com a inflação em Curitiba.

Há dados do próprio Iparde, que provam que a região metropolitana, quando houve o maior crescimento da inflação no País, foi exatamente Curitiba; porque aqui em Curitiba se implantou uma verdadeira máquina arrecadadora para destruir as pequenas economias dos comerciantes do nosso Estado, à vista inclusive de um verdadeiro batalhão de fiscais contratados por este Governo, pagando a estes fiscais uma verdadeira fortuna. Mil e quatrocentos fiscais foram contratados pelo "Secretário do Telefone", autoritário, que subtraiu um bem público da Fundação Educacional do Estado para levar à sua residência particular.

O Sr. Roberto Requião — Permite um aparte? —

(Assentimento) Sr. Deputado, não podemos confundir sobrecarga fiscal com sonegação fiscal. A sobrecarga fiscal existe inclusive embutida na legislação, porque sempre existem os privilegiados, que alteram o resultado final da arrecadação. O primeiro passo para a verdade fiscal e para o estudo de propostas que privilegiem não a economia marginal, mas a economia informal que o PMDB contempla no seu programa, é se chegar à verdade fiscal através do rigor fiscal.

Este caminho, o Secretário da Fazenda está trilhando. E de resto, o caminho de apoio à economia informal está sendo trilhado pelo PMDB, inclusive com uma iniciativa original no País, que é a implantação do estatuto da pequena empresa, ao nível do município de Curitiba.

Por outro lado, o apoio que o Governador José Richa vem recebendo da população, em que pese a sua tentativa de distorção interpretativa dos dados do Instituto Gallup é significativo. Significa basicamente que o povo está entendendo o que queremos fazer.

E, como dizia num aparte ao Sr. Deputado que o antecedeu, Tuguio Setogutte, é o espírito republicano que avança. O PMDB significa respeito à coisa pública. Não vamos admitir sonegadores, como também não vamos

admitir injustiças.

Desta forma, acho que peca por falta de informação o seu raciocínio e a sua conclusão em cima de informações erradas também não é correta.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Vossa Excelência

disse que o programa do seu partido contempla a economia informal. Realmente, o Governo de Vossa Excelência é contemplativo perante os problemas paranaenses. Mas não é, lamentavelmente, competente para resolver os problemas do povo do Paraná.

Este dado está respondido na pesquisa de opinião pública. Vossas Excelências estão tentando torcer o resultado da pesquisa da opinião pública. Como se um Governador que foi aprovado pela opinião pública com 66 por cento dos votos, em Curitiba, pudesse ter um resultado favorável quando tem apenas 34 por cento dos votos favoráveis em Curitiba.

Que matemática é esta, que faz com que um Governador vá bem, depois de um ano de Governo ter perdido 50 por cento do apoio popular?

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vou fazer a análise do Governo José Richa, nos momentos que me restam, para demonstrar inclusive a inconfiabilidade dos dados do Governador José Richa, que mentiu.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, na mensagem que encaminhou a esta Casa, dizendo coisas que lamentavelmente nos dão a possibilidade de dizer que a palavra e os números espelhado pelo regime PP — Peemedebista do Paraná não passam de uma manipulação de dados para tentar contemplar o presente, mas não resolver os problemas do povo do Paraná. (lê):

“Hoje é um dia triste para o povo paranaense, porque assinala um ano do início da atuação das forças revanchistas e primitivas que trouxeram um período sombrio à vida do nosso Estado.

Terminaram as visões inconscientes estimuladas pelo discurso de reforma. Já é possível distinguir entre os sonhos quiméricos, as verdadeiras revelações e o grande pesadelo em que se transformou o regime do PMDB do Paraná — o governo José Kalil Richa.

Cumpre-se o primeiro quarto do mandato dos homens que na campanha eleitoral prometeram mundos e fundos, que iam baixar o custo de vida e o elevaram; que não iam aumentar os impostos, que iam realizar uma administração voltada para o campo social e mais promessas, promessas e promessas. Hoje o povo constata que eram apenas promessas, vãs promessas para enganar o eleitorado.

Há um ano os homens das promessas tomaram posse no Palácio Iguazu. E o que fizeram nesses doze meses?

Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados: não é preciso pesquisas. O próprio Governo, cumprindo mandamento constitucional, apresentou a esta Casa, dia primeiro de março, o relatório de suas atividades. Os resultados ali estão a demonstrar que esse Governo, neste primeiro ano quase nada fez, a não ser implantar o terror fiscal, primindo o contribuinte e o considerando como a um criminoso.

Isto fez o regime PP-Peemedebista no Paraná: ampliou e azeitou a máquina arrecadora; passou a fazer vigilância dentro das empresas, não como agente orientador, que cabe a quem tem consciência do múnus público, mas sim como aquele mascarado que burla a vigilância dos guardas noturnos para se dirigir aos cofres que protegem o fruto do trabalho do empresariado paranaense; elevou as custas e taxas dos serviços públicos de segurança, de forma abusiva, em alguns casos em mais de mil por

cento e tentou, aproveitando a mensagem propondo o aumento da alíquota do ICM, avançar mais fundo no bolso dos contribuintes, ao procurar impor o lançamento por estimativa, que deixava todos sob o arbítrio do poder discricionário de quem não tem respeito pela “res” pública.

Richa e Garanhão relevaram, então, toda a extensão do seu autoritarismo, porque não bastam os cafés da manhã pagos pelos cofres públicos, para iludir a gente paranaense.

Isso fez muito bem ao Governo que prometia o desafogo fiscal, que clamava contra a elevação de imposto e a correção monetária prefixada.

Lembro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que na campanha eleitoral, o Sr. José Kalil Richa dizia que o Paraná precisava era de competência e não de recursos. E solenemente prometia que não faria aumento de impostos, no primeiro ano de sua administração. Ele, com arrocho fiscal, com o aumento da alíquota, com os resultados do aumento da arrecadação, proposto pela Emenda Passos Porto, o que nós vemos hoje é que a inflação que dói no bolso do pobre, beneficia os cofres gordos do Sr. Erasmo Garanhão e do Sr. José Richa.

Demitiu milhares de humildes chefes de famílias, porque tiveram a grandeza moral de permanecerem fiéis aos seus princípios. Implantou o terror nas repartições públicas, com a elaboração de numerosas listas de demissões de servidores que dedicaram muitos anos de suas vidas para servir estes sim, à “res” pública. Submeteu homens honrados e dignos à ação nefasta dos patrulheiros políticos-ideológicos que, ainda hoje, atuam nos corredores das Secretarias de Estado e órgãos da administração indireta à caça de quem possa ser a próxima vítima de sua sanha de vingança. Demitiu, perseguiu, transferiu e continua perseguindo ativos trabalhadores do Estado que se negaram a submeter-se à ação dos poderosos palacianos de hoje, em benefício da mesquinhez dos seus interesses partidários. Esse governo que aí está, negou a nomeação de muitos diretores de escolas públicas, que venceram as chamadas eleições.

Eleições diretas, promovidas pelo próprio regime do PMDB. Não respeitou a vontade da lista tríplice.

O regime do PMDB no Paraná implantou o terrorismo fiscal contra o empresariado paranaense e o terrorismo ideológico contra o funcionalismo público.

O regime José Kalil Richa, utilizando recursos secretos e brutais, como a lista das demissões para lançar ao desemprego milhares de pessoas numa época de grave recessão, atentou contra princípios dos Direitos Humanos, como o direito ao trabalho.

Desta forma, o regime do PMDB e seu Governador construíram a sua grande obra. A obra maior do Governo Richa: edificaram uma muralha de sombras, sob a qual implantaram o medo, esquecendo-se que, mesmo nas condições mais adversas, o homem, por mais humilde que seja, no chão, mão arrastada, sempre responderá às ofensas dos poderosos, como tenho a certeza que fará nas próximas urnas, na sua ânsia de viver livre, na alegria fantástica de crescer, amar, morrer e renascer, como expressão da existência humana.

É hora de dizer basta à ação nefasta das forças vingativas.

É hora também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de perguntar: mas o que fez em favor do desenvolvimento do Paraná o Sr. Governador José Richa e em benefício de Curitiba, o Sr. Prefeito Maurício Fruet?

O que fez para promover a melhoria das condições de vida de nossa população, esse Governo que aí está.

Procuramos saber, analisando a mensagem da sua prestação de contas nesta Assembléia, e pasmem, Srs. Deputados, o que se vê ali, abala profundamente por transparecer nitida e vergonhosa a manipulação de dados para infamar todas as administrações anteriores.

Na mensagem à Assembléia, há um dado alarmante, na abertura do capítulo dedicado à educação, e especialmente os Deputados que fazem discursos maldatórios ao Governo José Richa devem se preocupar com esse dado.

Consta existirem no Paraná, em 1980...

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa comunica ao Sr. Deputado que seu tempo está esgotado. No entanto, concede-lhe um minuto para concluir.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — ... 2 milhões e 300 mil pessoas como analfabetos.

Pelo Censo de 1980, existiam no Paraná, 5 milhões de pessoas. Ao se fiar nessa informação, para cada grupo, de cinco pessoas, duas eram analfabetas. Ou seja, um índice de 40 por cento de analfabetismo no Paraná.

Ora, isto é uma arrematada besteira, de quem não sabe fazer matemática, ou de quem não sabe ler resultado de Censo.

Os dados confiáveis provam que no Paraná há apenas 900 mil analfabetos no período de dez anos a mais.

Isso significa dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que é um dado falso, mentiroso, do Governo Richa como os próximos que eu vou mostrar.

Um governo que se fixa na eletrificação rural como sua maior obra.

Entretanto, pasmem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, apesar de ter ido pegar cem milhões de dólares no exterior, aprovado pelo Governo passado, existem apenas duas obras em andamento de eletrificação rural.

Nenhuma obra nova. Nenhuma, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Um governo que faz como aval a eletrificação rural, a sua grande bandeira que está sendo edificada no Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Encerrada a hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA, com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, devidamente apoiado, constante do expediente. Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA — Da Proposição n.º 117/83, VETO aposto ao Projeto de Lei n.º 67/83, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Circunscrição do Serviço de Trânsito — CIRETRAN, na sede do Município de São João do Ivaí, com jurisdição sobre os

Municípios de São Pedro do Ivaí, Fênix e Lunardelli. Com Parecer da C.C.J., considerando em condições de ser apreciado pelo Plenário, por unanimidade. Em votação o Projeto de Lei n.º 67/83. — Rejeitado o projeto, mantido o veto.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — (Pela Ordem)

Gostaríamos de deixar registrado nos Anais da Casa, que a bancada pedessista votou em favor do Projeto do Deputado peemedebista, Artagão Mattos Leão. Portanto, votamos contra o Veto de Sua Excelência o Sr. Governador do Estado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa registra.

EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 118/83, VETO aposto ao Projeto de Lei n.º 48/83, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que autoriza o Poder Executivo a doar às Prefeituras Municipais veículos de propriedade do Estado, conforme especifica. Com Parecer da C.C.J., considerando em condições de ser apreciado pelo Plenário, por unanimidade. — Em votação o Projeto de Lei n.º 48/83. — Rejeitado o projeto, mantido o veto.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — (Pela Ordem) Da

mesma forma a bancada pedessista deseja que Vossa Excelência registre nos Anais da Casa o nosso voto em favor do Projeto do Deputado Basílio Zanusso, e contra o veto de Sua Excelência o Sr. Governador do Estado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa registra.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 229/83, de autoria do Deputado NESTOR BAPTISTA, que veda aos Órgãos de Administração Centralizada e Autárquica, bem como Fundações do Estado, contratações de mão-de-obra de terceiros, para os serviços de carga e descarga, os quais deverão ser executados por trabalhadores sindicalizados e dá outras providências. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em Regime de Urgência. (Publicado no D.A. n.º 132/83, de 22/11/83).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 229/83

PARECER:

Com o presente projeto de sua autoria, o nobre Deputado Nestor Baptista, pretende que a contratação de mão-de-obra para os serviços de carga e descarga seja efetivada exclusivamente com trabalhadores sindicalizados, na forma como especifica.

Os termos da justificativa fundamentam e convencem da oportunidade da medida ora proposta.

De outra parte, inexistem óbices de ordem constitucional ou regimental que possam dificultar o prosseguimento normal do processo pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos de opinião favorável à Aprovação do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de novembro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente

EDMAR LUIZ COSTA — Relator

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sobre a mesa,

requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, autor do projeto, constante do expediente, solicitando o adiamento da discussão e votação por 3 (três) sessões do Projeto de Lei n.º 229/83, constante da Ordem do Dia de hoje. --

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei Complementar n.º 216/83, de sua autoria, que dá nova redação ao Inciso 140, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, conforme específica. — Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 130/82, que concede título de Cidadão Honorário ao Frei Miguel Maria Botaccin, de autoria do ex-Deputado José Domingos Teixeira. — Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de Moção aos Srs. Deputados Federais e Senadores da República, pela aprovação da Emenda Dante de Oliveira (PMDB-MT), que prevê a próxima sucessão presidencial através de eleições diretas. — Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, visando a doação de uma viatura policial, um rádiotransmissor e maior quantidade de combustível para a Delegacia de Polícia do Município de Fênix. — Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a suspensão da sessão do dia 25 de abril do corrente ano, data em que o Congresso Nacional vota a Emenda do Sr. Deputado Dante de Oliveira, restabelecendo eleições diretas para Presidente da República. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, visando a implantação de armazém padrão COPASA na sede do Município de São Jorge do Patrocínio. — Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à direção do "Diário da Cidade", jornal de circulação diária no Município de Foz do Iguaçu. — Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, visando a criação e manutenção da escola estadual de 1.º grau (5.ª a 8.ª séries), na sede distrital de Novo Três Passos, no Município de Mal. Cândido Rondon. — Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, visando a criação de um Posto da Cate do Paraná na sede do Município de Colombo. — Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, visando a implantação de um sistema de captação e distribuição de água para o Distrito de Paranaguá, no Município de Boa Esperança. — Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens

Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, visando a destinação de um veículo para efetuar prestação de serviços junto à Inspeção de Ensino do Município de Boa Esperança. — Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a liberação de recursos financeiros para a conclusão das obras do Terminal Rodoviário do Município de Mariluz. — Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a construção de uma ponte sobre o Rio Pensamento, localizado no Município de Mamborê. — Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, encarecendo a doação de um veículo para a APAE do Município de Campo Mourão. — Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo que nos concursos do DER, seja reservado 20 por cento das vagas aos estagiários do referido Departamento. — Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Gernote Kirinus e José Antônio Fonseca, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, visando a instalação de um PS na localidade de Santa Terezinha, bem como um PS na localidade de Linha Navegantes, ambas do Município de Santa Helena. — Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado, Secretário da Justiça e Procurador Geral do Estado, encarecendo agilização dos Processos Civil e Penal decorrentes de Peculato, apurados em 1981, contra a Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas do Município de Apucarana. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, encarecendo a liberação do serviço de empréstimos financeiros do IPE aos funcionários comissionados da Administração do Estado. — Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social, visando a regulamentação da Portaria MPAS - 3046, que trata dos credenciamentos de Odontólogos e Oftalmologistas. — Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria das Sras. Deputadas Irondi Pugliesi e Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja designado o dia 28 de março do corrente ano, às 20:00 horas, para a realização de Sessão Solene em comemoração ao Dia Internacional

da Mulher. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário dos Transportes e Diretor Administrativo do DER, encarecendo a substituição da construção da ponte sobre o Rio Melissa, na estrada FQ 450, que liga Ouro Verde do Piquiri a Anta Gorda, para a ponte sobre o mesmo rio, na estrada FQ 003, ligando Corbélia a Central Santa Cruz. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário do Interior e Superintendente da Companhia de Habitação do Paraná, visando a criação de linha especial de crédito para efeito de construção de casa própria dos pequenos produtores. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, encarecendo despacho ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, do Processo referente à fraude eleitoral ocorrida na Comarca de Corbélia, para que surtam os efeitos legais da decisão originária do egrégio Tribunal Regional Eleitoral. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, inquirendo das razões do início do período letivo na primeira semana de fevereiro. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, visando a implantação de uma Unidade Armazenadora da COPASA, no Município de Tijucas do Sul. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor ao jornal "Gazeta do Povo", pela campanha jornalística lançada ao público sob o título "Tome Partido, Fique com o Paraná". — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wrrner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, visando a criação e manutenção da escola estadual de 1.º Grau (5.ª a 8.ª séries), no Distrito de São Roque, Município de Mal. Cândido Rondon. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo informações quanto aos montantes de salários, vantagens, gratificações, etc., percebidas individualmente pelos Diretores de todas as Autarquias, Fundações e Sociedades de Economia Mista de nosso Estado. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 25.º aniversário da Universidade Católica do Paraná. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, visando a construção

de uma sala para abrigar uma secretaria geral na Escola Arnaldo Coneglian, no Distrito de Bourbônia, Município de Barbosa Ferraz. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo para que, por intermédio da Secretaria da Segurança Pública, sejam prestadas informações quanto à ocorrência de mortes em repartições policiais no Município de Francisco Beltrão. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da COPEL, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a construção da sede da referida Companhia, no Município de Campo Mourão. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo reformas gerais no miniposto de saúde do Distrito de Malu, no Município de Terra Boa. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a construção de dois postos de saúde, sendo um para o Distrito de Palmital e outro para o Distrito de Paranaguá, ambos no Município de Boa Esperança. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, encarecendo a liberação de recursos financeiros para a construção de novas salas de aula para a Escola Monteiro Lobato, no Município de Terra Boa. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, encarecendo providências com vistas à prorrogação da vigência do Decreto n.º 5241 de 09.07.82. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente do BANESTADO, por intermédio da Secretaria das Finanças, visando a instalação de um posto avançado de crédito rural no Distrito de Palmitópolis, Município de Nova Aurora. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, visando a criação e implantação de uma Escola Técnica Agrícola, no Município de Capitão Leônidas Marques. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, reiterando firmação de convênio entre o DETRAN e a FECIVEL - Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Município de Cascavel. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Sec. do Interior e Presidente da SANEPAR, encarecendo melhorias na rede de distribuição de água no Município de Fênix. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka,

constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, visando a instalação de postos de saúde, nos Distritos de Alto Palmital e Paranaguacu, no Município de Boa Esperança. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário do Interior e Presidente da SANEPAR, encarecendo a instalação de um escritório da referida empresa, no Município de Ourizona. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do Artigo intitulado "Richa e o terrorismo fiscal", publicado no Jornal "O Estado do Paraná". - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Segurança Pública, visando a criação de quadro funcional de Delegado Leigo ou Delegado "Calça-Curta", como ele é geralmente reconhecido nas pequenas comunas do Paraná. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, comunicando que logo a seguir terá início a Sessão Extraordinária, com a seguinte ORDEM DO DIA, já anunciada na sessão anterior.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ERONDY SILVÉRIO, EM SESSÃO DO DIA 15 DE MARÇO DE 1984.

"O ESTADO DO PARANÁ"

Curitiba, Domingo 24 de fevereiro de 1984.

"RICHA E O TERRORISMO FISCAL"

Renato Requião.

Foi quando aquele atuante parlamentar, em inflamado libelo contra o "Instrumento de Injustiças — O Imposto de Renda", asseverou com muita propriedade: "é o problema da perversa política fiscal" que norteia, dirige e mantém a máquina arrecadora do Estado, todo-poderoso, quando se trata de ir contra determinadas categorias profissionais e sociais, mas tão condescendente quando se trata de outras categorias". E completou: "o problema básico em toda esta polêmica é, pois, essa cruel política fiscal, que pune quem trabalha e produz e beneficia quem especula, quem vive de juros, exaurindo inescrupulosamente a própria seiva que os alimenta".

Ao menos avisado leitor, mormente os micros, pequenos e médios empresários paranaenses, é oportuno esclarecer não tratar-se de discurso recente do Líder do PDS na Assembléia Legislativa contra a caolha, indiscriminada e preconceituosa política fiscal adotada pelos órgãos da Receita Estadual, sob a égide do sr. Erasmo Garanhão, do governo do sr. José Richa. As palavras são mesmo do então senador da República, em discurso proferido no senado Federal, a 24 de março de 1982, quando criticava com muito acerto, aliás, os impetus da fiscalização federal quando esta tentava escalar seus pares da odontologia e da medicina.

Hoje, vinte e quatro meses após a fala do então brilhante senador José Richa, milhares de pequenos empresários do Paraná, assistem, estarrecidos, a postura exacerbada dos órgãos fiscalizadores da Receita Estadual no desenvolvimento

da campanha contra a sonegação de impostos, com a doação de procedimentos arbitrários na generalização, perante a opinião pública, de que "basta ser capitalista para ser sonegador", em expressão muito própria de certos barbudinhos que, entretanto, não pode nem deve ser a filosofia norteadora de uma sã política fiscal.

Quem for hoje à Receita Estadual (e este articulista é testemunha disto) encontrará, em todos os órgãos da fiscalização, do simples fiscal até mais graduados dos funcionários (a começar pelo sr. secretário de Finanças) o mesmo espírito: o importante é atuar. Não importa quem seja. Se bom ou mau empresário. Pequeno, médio ou grande. Com ou sem tradição de trabalho, como empresário ou contribuinte. Nada conta. O importante é aumentar a arrecadação aos níveis megalomaniacos prefixados (com ou sem critérios) pela Fazenda.

Não se deve criticar a ação fiscal em si que não está errada (e isto já dizia Richa em seu discurso no Senado). O que está errado é a política fiscal que a norteia (e isto também constava da praxeada fala do então senador, hoje governador). Mas, lamentavelmente, o quadro que se definiu no âmbito da fiscalização estadual é justamente o esboçado por Richa, há vinte e quatro meses, no Senado, que foi como que uma antevisão do que ocorreria, hoje, no seu governo.

A definição de políticas de governo, em todas as áreas (e a da Fazenda Pública não foge a regra) deve ser norteadora em função da globalidade dos fatores da conjuntura econômica, política e social do País na atualidade. E neste passo convém, especificamente, relevar como fatores prioritários de estabilização sócio-econômica as condições de saúde das micro, pequenas e médias empresas e sua interferência nos níveis de emprego. Seria falta de completo descortino do administrador não ponderar acerca da descapitalização das unidades econômicas e suas implicações no problema do desemprego. São duas coisas intercorrentes. E aí deve, proficuamente, intervir o Estado para proteger a empresa. Para que essa possa produzir e manter estáveis os quadros de emprego. Para que, produzindo, tenha condições de pagar impostos a fim de que o próprio governo disponha de condições de governar. Até governar mal: o que é uma incongruência real nos dias que correm.

Dissemos que o Estado deve intervir na atividade econômica das empresas, de forma construtiva (profícua), a fim de que elas, em tendo saúde (liquidez, pouco indigamento e rentabilidade) usufrua de condições para manter o assalariado no emprego e oferecer renda ao Estado, a fim de que ele possa desempenhar os seus públicos misteres. Mas, perguntamos, o que o governo José Richa ofereceu, até agora, efetivamente, à imensa malha de milhares de micro, pequenos e médios empresários do Paraná? E se não ofereceu, concretamente, nada ao empresário, com que condições morais se outorga a posição de acerbo publicano que investe, violenta e indiscriminadamente, contra justamente aqueles que são "a seiva que alimenta o próprio Estado" (a expressão é do sr. José Richa), os empresários e, também, os trabalhadores que labutam (enquanto os primenros puderem mantê-los) nas suas empresas.

A situação de instabilidade dos trabalhadores resulta da insegurança de quem lhes dá emprego, em último caso. O modelo concentrador e elitista adotado pelo governo federal (todos estão carecas de saber disto) está liquidando com o que resta da pequena e média empresa genuinamente nacional. seja a custa do expediente espúrio dos juros extorsivos (quando privilegia os banqueiros), seja a custa dos gravames fiscais e sociais exagerados (remember

Finsocial, quando privilegia o Estado todo-poderoso) ou, ainda, seja através de favores, "incentivos" e toda sorte de "achegos", oferecidos, dadivosamente, no plano administrativo e financeiro, via agentes financeiros, quando restringem as benesses do mercado a uns poucos tubarões (quando privilegia as multinacionais). Tudo, repita-se, em detrimento das pequenas e médias empresas nacionais que contribuem com mais de 50% do produto nacional bruto de 60% dos empregos do País.

Fala-se muito, desde dos idos de 64, sem Segurança Nacional e Desenvolvimento. Pouco se falou, entretanto, que sem a atividade produtiva das pequenas e médias empresas nacionais nunca se poderá ter nem segurança nem desenvolvimento. A história já matou o estatismo. Os barbudinhos não sabem que o marxismo já morreu também. Mesmo que não saibam, pelo menos relevem a realidade fática: são as milhares de pequenas unidades empresariais que sustentam, ainda, a economia do País funcionando. Os empregos e os impostos são gerados por elas, como forças vivas da Nação.

Não será com atuações indiscriminadas, orientadas por uma "perversa política fiscal", a nível estadual, que o Estado gerará riquezas ou estimulará as atividades produtivas a médio e longo prazos.

Se sonegação existe ela é mais produto de fatores conjunturais e, especificamente, da dissociação do binômio Estado/empresa e suas múltiplas manifestação no campo político, econômico e social, do que, simplesmente, a avareza pantagruélica do "capitalista", na visão curta dos adeptos do chamado estado planejado.

É manifestação de arbitrio a implantação de uma fiscalização exacerbada, esta sim sinônimo de terrorismo fiscal.

Quando milhares de empresários, em todos os recantos do Paraná, acreditaram nas promessas do então profícuo senador José Richa, no sentido de promover o desenvolvimento do Estado, em ação conjunta e participativa, a base da cooperação, em antagonismo ao nepotismo e ao caciquismo então imperantes, por certo jamais sonhavam que o terrorismo fiscal seria um instrumento para atingir este desiderato.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA ATA DA 1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 1984. (QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados Gernote Kirinus e Edmar Luiz Costa.

Às dezesseis horas e quarenta minutos é registrada a presença dos seguintes Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Aníbal Khury, Antônio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caito Quintana, Djalma de Almeida César, Danato Gulín, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Bramdão, Homero Oguido, Irondi Pugliasi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezzi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quiêlse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tercio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes e Antônio Belinati. (58)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Não havendo ata da sessão anterior a ser lida, nem expediente a ser lido, Passa-se à

ORDEM DO DIA, com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados: 1ª DISCUSSÃO - Do projeto de Lei nº 189/83, de autoria do Deputado LEÔNIDAS CHAVES, que denomina "MOACIR JÚLIO SILVESTRI" a Rodovia PR-170, que liga o Município de Guarapuava ao Município de Pinhão (Foz do Rio D'Areia). Com Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.

Projeto de Lei nº 189/83.

Artº 1º — Fica denominado "MOACIR JÚLIO SILVESTRI", a rodovia que liga o Município de Guarapuava ao Município de Pinhão (Foz do Rio D'Areia) — PR-170.

Artº 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões, em 15 de março de 1984.

(a) LEÔNIDAS CHAVES

JUSTIFICATIVA:

MOACIR JÚLIO SILVESTRI, foi Prefeito de Guarapuava, Deputado Estadual, Deputado Federal, empresário que notabilizou a região Oeste do Paraná pelo seu dinamismo, pela sua capacidade de realização e sobretudo pelo seu perfil de homem público, deixando inúmeras obras edificadas nos períodos de seus mandatos. Foi, também, um dos seus grandes ideais a execução do asfalto que liga Guarapuava a Pinhão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 189/83

O nobre Deputado LEÔNIDAS CHAVES visa, com o presente plano de lei, denominar "MOACIR JÚLIO SILVESTRI" a Rodovia PR-170, que liga o Município de Guarapuava ao Município de Pinhão (Foz do Rio D'Areia).

A Justificativa demonstra ser o homenageado digno do reconhecimento da comunidade que ele tanto serviu, sendo que sua obra o faz merecedor da honraria que ora lhe vem prestar o Estado que dele tanto recebeu.

Ex-Prefeito de Guarapuava, ex-Deputado Estadual, ex-Deputado Federal, notabilizou-se na região Oeste do Paraná por seu dinamismo, sua capacidade de trabalho e sobretudo por seu perfil de homem público exemplar.

Preenche o processo, os requisitos legais e regimentais, estando dessa forma em condições de prosseguir sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa.

Em tais condições, somos de opinião favorável à APROVAÇÃO do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de novembro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente
IARTAGÃO MATTOS LEÃO — Relator.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando uma Sessão Ordinária para segunda—feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 189/83.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 130/82, 26,52, 76, 126 e 142/83.

Levanta-se a Sessão.

DEPARTAMENTO FINANCEIRO -- CONTADORIA GERAL
BALANCETE DO MÊS DE JANEIRO DE 1984

A T I V O		P A S S I V O	
DISPONÍVEL		LIBERAÇÃO DA SEC. DAS FINANÇAS	
201.101 -- Tesouraria	297.815.215,01	297.815.215,01	297.815.215,01
EXECUÇÃO DA DESPESA		PESSOAL	
202.111.11 -- Venc. e Vantagens Fixas	510.173.820,00	211.101 -- Venc. e Vantagens Fixas	516.000.000,00
202.111.12 -- Desp. Variáveis C/P/Civil	- 0 -	211.102 -- Desp. Variáveis C/P/Civil	- 0 -
202.111.21 -- Contribuições de Prev. Social	- 0 -	211.103 -- Contribuições de Prev. Social	- 0 -
202.111.22 -- Outras Obrigações Patronais	6.503.194,00	211.104 -- Outras Obrigações Patronais	14.000.000,00
202.112 -- Material de Consumo	11.846.750,00	211.105 -- Inativos	138.000.000,00
202.113 -- Serviços de Terceiros e Encargos	222.371.335,00	211.106 -- Pensionistas	29.000.000,00
202.114 -- Desp. dos Exerc. Anteriores	- 0 -	211.107 -- Salário-Família	3.000.000,00
202.121 -- Subvenções Sociais	- 0 -	211.108 -- Outras Transf. a Pessoas	- 0 -
202.122.1 -- Inativos	136.661.582,00	OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO	
202.122.2 -- Pensionistas	28.104.116,00	211.201 -- Material de Consumo	30.000.000,00
202.122.3 -- Salário-Família	2.241.244,00	211.202 -- Serv. de Terceiros e Encargos	270.000.000,00
202.122.4 -- Apoio Financeiro a Estudantes	- 0 -	211.203 -- Desp. dos Exc. Anteriores	- 0 -
202.122.5 -- Assist. Médico-Hospitalar	- 0 -	211.204 -- Subvenções Sociais	- 0 -
202.122.6 -- Outras Transferências a Pessoas	- 0 -	211.205 -- Apoio Financeiro a Estudantes	- 0 -
202.131 -- Obras e Instalações	- 0 -	211.206 -- Assist. Médico-Hospitalar	- 0 -
202.132 -- Equip. e Material Permanente	- 0 -	CAPITAL	
CONTAS PENDENTES		211.301 -- Obras e Instalações	- 0 -
203.202 -- Div. Responsáveis	549.358,00	211.302 -- Equip. e Material Permanente	- 0 -
203.101 -- Despesas Diferidas	- 0 -	CREDITORES	
203.201 -- Outras Contas Pendentes	- 0 -	212.101 -- Despesas Empenhadas	1.653.493,00
TOTAL DO ATIVO		213.101 -- Despesas Processadas	184.820.848,00
1.216.266.614,01	1.216.266.614,01	213.20 -- Folha de Pagamento	- 0 -
		213.302 -- Restituições	142.626,62
		CONTAS PENDENTES	
		215.101 -- Outras Contas Pendentes	1.772.592,43
		RESTOS A PAGAR	
		216.10 -- Empenhadas	11.320.792,70
		216.209 -- Processadas Creditores	16.206.217,66
		216.30 -- Cred. em Consignações	- 0 -
		216.405 -- Proccs. Folha de Pagamento	350.043,69
		CREDITORES DIVERSOS	
		217.10 -- Consignações	- 0 -
		TOTAL DO PASSIVO	
		1.216.266.614,01	1.216.266.614,01

(a) DIRETOR FINANCEIRO

PALÁCIO "XIX DE DEZEMBRO", EM 08 DE VEREFEIRO DE 1984

(a) CONTADOR GERAL